

ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

MARINA KAYSER BOSCARDIN

**INDICADORES CONSIDERADOS POR PROFESSORES PARA A DETECÇÃO DE ABUSO
SEXUAL INFANTIL**

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**INDICADORES CONSIDERADOS POR PROFESSORES PARA A
DETECÇÃO DE ABUSO SEXUAL INFANTIL**

Marina Kayser Boscardin

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Psicologia.**

**Porto Alegre
2018**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**INDICADORES CONSIDERADOS POR PROFESSORES PARA A
DETECÇÃO DE ABUSO SEXUAL INFANTIL**

Marina Kayser Boscardin

ORIENTADOR: Prof(a). Dr(a). Lilian Milnitsky Stein

Dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração em Cognição Humana

**Porto Alegre
2018**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**INDICADORES CONSIDERADOS POR PROFESSORES PARA A
DETECÇÃO DE ABUSO SEXUAL INFANTIL**

Marina Kayser Boscardin

COMISSÃO EXAMINADORA:
Prof.^a Dr.^a LILIAN MILNITSKY STEIN
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
(Presidente/Orientadora)

Porto Alegre
2018

Ficha Catalográfica

B741i Boscardin, Marina Kayser

Indicadores considerados por professores para a detecção de abuso sexual infantil / Marina Kayser Boscardin . – 2018.

66 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Lilian Milnitsky Stein.

1. Abuso sexual infantil. 2. Professores. 3. Indicadores. 4. Desenhos. 5. Detecção. I. Stein, Lilian Milnitsky. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável: Marcelo Votto Texeira CRB-10/1974

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação de Mestrado a todos que, à sua maneira, torceram e me incentivaram. Nestes dois anos, além de aprender tanto academicamente, descobri quantas pessoas realmente se importam, e fica a mais absoluta certeza de que jamais estarei sozinha.

Quem conhece a minha história sabe que foi uma superação ter chegado até aqui. Tenho um orgulho imenso desta conquista, que prova que quem acredita sempre alcança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais: Mauro e Olga. É muito difícil expressar em palavras todo o amor e gratidão que sinto por vocês. Sou privilegiada por ter sido criada e amada por pessoas tão especiais. Obrigada por sempre acreditarem em mim, me incentivarem e estarem incondicionalmente ao meu lado. Eu não seria absolutamente nada sem vocês.

Em segundo lugar, mas de forma alguma menos importante, agradeço ao meu parceiro de vida, meu companheiro, meu amigo: Vitor. Obrigada por todo amor, incentivo e principalmente por toda a paciência. Sei que não foi fácil agüentar minhas oscilações de humor e ausências constantes. Obrigada por, além de cozinhar, também lavar a louça enquanto eu escrevia. Que esse seja apenas o início de uma vida inteira.

Agradeço ao meu irmão, Pietro. Meu primeiro amigo de vida, e até hoje o melhor. Uma das pessoas mais especiais que já conheci. Obrigada por simplesmente ser e me fazer sentir tão protegida e amada, com a certeza de que nunca estarei sozinha nesta vida.

Não poderia deixar de agradecer à minha “dupla de três”: Carolina e Cristiane. Minhas parceiras de Mestrado, que desde o início estiveram ao meu lado. Obrigada por todos os momentos, bons e ruins. Obrigada por serem as únicas que realmente compreenderam todas as angústias, dúvidas e demais questões associadas a esta aventura que escolhemos para nossas vidas.

Ao meu querido Grupo de Pesquisa em Processos Cognitivos. Foi uma honra indescritível fazer parte desta família durante estes dois anos. Em especial, agradeço ao meu colega William pelo apoio, por todos os ensinamentos e dedicação para me ensinar todos os “mistérios” do SPSS e afins. Obrigada à Letícia, pelas ideias e auxílios que foram essenciais para ao meu trabalho. Às minhas “pequenas” auxiliares de pesquisa, Mariana e Amanda. Obrigada por aprenderem comigo e me ensinarem tanto. Tenho muito orgulho de vocês.

Além do mais, gostaria de agradecer à minha querida orientadora, Prof^ª Dr^ª Lilian Stein. Imensa gratidão e honra ter trabalhado com ela. Quem a conhece, sabe de toda a sua trajetória e certamente compreende o privilégio que me contemplou. Obrigada, “profe”, pela paciência, ensinamentos, incentivos, sabedoria e carinho que me impulsionaram a cada dia.

O meu agradecimento, do fundo do coração, à Elise. Apesar de ser clichê dizer que uma pessoa é “tudo” na nossa vida, é a palavra que define o que ela é para mim: amiga, colega de trabalho, mãe, irmã, professora e futura dinda dos meus filhos. Obrigada por existir na minha vida, e por permanecer sempre ao meu lado, não importa o que aconteça.

Agradeço à minha amada amiga, Ana Paula, por sempre me amar e apoiar. Essa amizade é um verdadeiro presente da vida, e prova que a distância não faz a menor diferença. Obrigada por sempre me acordar cedo e lembrar que eu tinha muito trabalho pela frente. “Te quiero un montón”.

As escolas, muito obrigada, por toda a hospitalidade e carinho para a realização deste estudo. Desde a diretoria, até os professores participantes. Sem vocês nada teria sido possível.

E para finalizar, a todas as pessoas as quais não citei aqui, somente por falta de espaço e para não me prolongar demais: obrigada por cada palavra de incentivo e pensamento positivo.

RESUMO

A presente dissertação de Mestrado é constituída por dois estudos, um teórico e um empírico, sobre os indicadores que os professores pré-escolares consideram para a detecção de abuso sexual infantil (ASI).

A seção teórica consistiu em uma revisão sistemática da literatura, com o objetivo de identificar os conhecimentos dos professores sobre o ASI. Mais especificamente, o estudo buscou identificar quais indicadores apresentados pelas crianças os professores consideram como sendo sugestivos de ASI. Com base nos resultados da seção teórica foram criados os instrumentos utilizados na seção empírica.

A seção empírica consistiu em um experimento que teve por objetivo verificar se um desenho com um elemento potencialmente interpretativo como órgão genital masculino influenciaria a taxa de detecção dos professores diante de um caso suspeito. Para tanto, cada participante foi exposto à vinheta de um caso fictício, que variava dependendo da forma de apresentação do desenho sugestivo. Após a exposição à vinheta, os participantes responderam se detectavam ASI, quais indicadores da vinheta os levaram à detecção, e quais indicadores consideravam, de forma geral, sugestivos de ASI.

A hipótese inicial do estudo foi de que as taxas de detecção seriam maiores no grupo exposto à vinheta que continha, além do desenho sugestivo, outros indicadores sugestivos de ASI. Apesar de os resultados terem confirmado a hipótese inicial, verificou-se que houve maior incremento nas taxas de detecção com a simples adição do desenho sugestivo.

Estes resultados reforçam a importância de formações específicas para os professores, a fim de orientá-los sobre as melhores práticas a serem adotadas diante de casos suspeitos de ASI. Nesse sentido, é fundamental orientá-los, para que a detecção não seja baseada em um indicador isolado, mas sim em um conjunto de indicadores e que estes sejam devidamente contextualizados. Também é recomendável que, diante da suspeita, o caso seja encaminhado aos órgãos competentes.

Palavras-Chaves: Abuso sexual infantil; Professores; Indicadores; Desenhos; Detecção

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 - Psicologia

Sub-área conforme classificação CNPq: 7070200 – Psicologia Experimental

ABSTRACT

The present Master's thesis consists of two studies, one theoretical and one empirical, on the indicators that preschool teachers consider for the detection of child sexual abuse (CSA).

The theoretical section consisted of a systematic review of the literature, with the objective of identifying the teachers' knowledge about CSA. More specifically, the study sought to identify which indicators presented by children that teachers consider to be suggestive of CSA.

The empirical section consisted of an experiment that aimed to verify if a drawing with a potentially interpretive element as a male genital organ would influence the detection rate of the teachers in a suspicious case. To do so, participants were exposed to the vignette of a fictitious case, which varied depending on the presentation form of the suggestive drawing. After exposure to the vignette participants responded if they detected CSA, which indicators of the vignette led them to detection, and which indicators generally they considered characteristic of CSA.

The initial hypothesis of the study was that the detection rates would be higher in the group exposed to the vignette which contained, in addition to the suggestive drawing, other indicators suggestive of CSA. Although the results confirmed the initial hypothesis, it was verified that there was a greater increase in the detection rates with the simple addition of the suggestive drawing.

These results reinforce the importance of specific training for teachers to guide them on the best practices to be adopted in the face of suspected CSA. In this sense, it is fundamental to guide them that detection is not based on an isolated indicator, but rather on a set of indicators and that these are properly contextualized. It is also recommended that, upon detection, the case be referred to the competent bodies, as it is not the responsibility of the teachers to investigate the CSA.

Keywords: Child sexual abuse; Teachers; Indicators; Drawing; Detection;

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 – Psychology

Sub-área conforme classificação CNPq: 7070200 – Experimental Psychology

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	5
AGRADECIMENTOS	6
RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
SUMÁRIO	10
RELAÇÃO DE TABELAS	11
RELAÇÃO DE FIGURAS	12
1. APRESENTAÇÃO	13
2. SEÇÕES.....	18
2.1. Seção Teórica	18
2.2. Seção Empírica	29
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
4. ANEXOS.....	56
Anexo A – FICHA DE DADOS BIOSOCIODEMOGRÁFICOS	56
Anexo B – VINHETAS DE CASO FICTÍCIO	57
Anexo C – QUESTIONÁRIO DE DETECÇÃO.....	60
Anexo D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	61
Anexo E – Autorização do comitê de ética em pesquisa da PUCRS.....	64

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1 (Seção Teórica) Categorias de indicadores que os professores consideram sugestivos de ASI, de acordo com os resultados dos estudos do banco final.....38

Tabela 1 (Seção Empírica) Proporção de detecção de ASI conforme a forma de apresentação do desenho sugestivo na vinheta a qual os participantes foram expostos.....38

Tabela 2 Número e proporção de participantes que listaram cada um dos indicadores sugestivos de ASI.....40

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1 (Seção Teórica) Estágios da estratégia de busca	20
Figura1 (Seção Empírica) Desenho não sugestivo.....	35
Figura 2 (Seção Empírica) Desenho sugestivo	35

1. APRESENTAÇÃO

O abuso sexual infantil (ASI) ocorre quando um adulto utiliza uma criança para fins de estimulação sexual. O ASI não necessariamente envolve violência, podendo ocorrer por meio de carinhos inapropriados, beijos, exibição ou exposição da criança à masturbação ou à prática de atos sexuais (Furniss, 1993).

O ASI pode ser considerado um problema de saúde pública, devido à alta prevalência na população e aos prejuízos que este pode gerar, principalmente para a criança vitimizada (Jonzon & Lindblad, 2004; Pelisoli & Piccoloto, 2010). Tais prejuízos podem variar entre as vítimas, estando entre eles efeitos emocionais, comportamentais, cognitivos, interpessoais e/ou sexuais (Lewis, McElroy, Harlaar & Runyan, 2016; Sanderson, 2004). Assim, a detecção de ASI é uma tarefa complexa, justamente por não existir um indicador específico que possa levar inequivocamente à detecção.

O ambiente escolar é o local onde as crianças costumam passar grande parte do seu dia. Neste contexto, os professores podem conhecer e reconhecer aspectos fundamentais do desenvolvimento e personalidade das crianças, pois acabam assumindo um papel de importância e intimidade na vida de seus alunos (Schols, de Ruiten & Ory, 2013). Sendo assim, tal ambiente possibilita a observação de determinados indicadores que podem levar à suspeita de ASI (Greco, Guilera & Pereda, 2017).

Um dos indicadores que tende a ser associado ao ASI é o comportamento da criança que, na visão do adulto, pode representar conteúdo sexual. Um exemplo é a presença de determinados elementos no desenho infantil que, na interpretação do adulto, representam órgãos genitais. Porém, nos estudos de Koppitz (1968), DiLeo (1973), Sidun e Rosenthal (1987) e Yates e colegas (1985) crianças sexualmente abusadas não apresentaram maior probabilidade de desenharem genitais quando comparadas com um grupo de crianças não abusadas.

Mesmo os profissionais que possuem conhecimentos sobre técnicas de análise de desenhos infantis consideram que a interpretação de desenhos deve ser feita com cautela (Bruck, Melnyk & Ceci, 2000; Lilienfeld, Wood & Garb, 2000). É preciso levar em conta todo o contexto em que a criança está inserida, pois, ao considerar os desenhos de forma isolada, existe a probabilidade de classificar incorretamente uma criança como tendo sido abusada sexualmente, o que desencoraja o uso desse indicador em avaliações de ASI (Allen & Tussey, 2012).

A presente dissertação de mestrado intitulada “Indicadores considerados por professores para a detecção de abuso sexual infantil” estudou quais indicadores os professores consideram

como sendo sugestivos de ASI. Além disso, buscou verificar a influência de um desenho potencialmente interpretativo como órgão genital masculino na detecção de ASI por parte dos professores.

A seção teórica teve como objetivo verificar quais indicadores observados nas crianças os professores pré-escolares consideram sugestivos de ASI. Para atingir o objetivo proposto, foi conduzida uma revisão sistemática seguindo os critérios especificados por Costa e Zoltowski (2014). A pesquisa teve como foco artigos empíricos publicados em periódicos indexados da área da Psicologia e da Educação, que visavam verificar as percepções de professores sobre o ASI.

Os artigos do banco final foram analisados por dois juízes de forma independente, sendo examinados os resultados de cada estudo. Os dados extraídos foram organizados em planilhas onde incluíam referência e indicadores observados nas crianças que os professores apontaram como sendo sugestivos de ASI.

Os resultados da seção teórica mostraram que os indicadores que os professores consideram sugestivos de ASI parecem ser condizentes com a literatura especializada. Por outro lado, observou-se variabilidade nos indicadores citados pelos professores, e que nenhum deles pareceu ser predominante com relação aos demais. Tal variabilidade reforça o que a literatura aponta sobre a inexistência de um indicador específico que possa levar, inequivocamente, à conclusão quanto ao ASI (Bruck, Ceci & Hembrooke, 2002).

Na seção empírica, foi conduzido um experimento que objetivou verificar se a detecção de professores pré-escolares seria influenciada pela apresentação de um desenho contendo um elemento potencialmente interpretativo como órgão genital masculino (desenho sugestivo). O principal intuito deste experimento foi avaliar se os professores seriam influenciados por este indicador isolado ou considerariam um conjunto maior de indicadores para a detecção de ASI.

Para atingir o objetivo do estudo empírico, primeiramente os participantes foram expostos à vinheta de um caso fictício e, em seguida, responderam ao questionário de detecção e preencheram a ficha de dados biosociodemográficos. Os participantes foram distribuídos aleatoriamente entre três grupos: O Grupo Controle (GC), que foi exposto à vinheta na qual constava a descrição de uma aluna de cinco anos, que vinha apresentando queda no rendimento escolar e, ao final, era apresentado um desenho infantil sem elemento potencialmente interpretativo como órgão genital masculino (desenho não sugestivo). O Grupo Ambíguo (GA), que foi exposto à vinheta na qual constava a mesma descrição apresentada ao Grupo Controle, porém era acrescentado ao desenho infantil um elemento potencialmente interpretativo como

órgão genital masculino (desenho sugestivo). Por fim, o Grupo Evidente (GE), que foi exposto à mesma vinheta apresentada ao Grupo Ambíguo, porém com o acréscimo dos indicadores “agressividade e desconfiança”. Foi testada a hipótese de que as taxas de detecção seriam maiores no grupo exposto à vinheta evidente, por esta possuir, além do desenho sugestivo, outros indicadores sugestivos de ASI.

Participaram do estudo 113 professores de pré-escolas municipais de Porto Alegre, sendo que destes foram excluídos três participantes que preencheram incorretamente ao questionário, totalizando 110 protocolos válidos. O Grupo Controle (GC) foi composto por 37 participantes (94,8% do sexo feminino) o Grupo Ambíguo (GA) por 39 participantes (90% do sexo feminino), e o Grupo Evidente (GE) por 34 participantes (88,2% do sexo feminino). Não houve diferença entre grupos para as variáveis idade e sexo ($p > .05$), sendo a maioria dos participantes do sexo feminino. Também não verificou-se diferença quanto ao estado civil, número de filhos, experiência e formações sobre o ASI ($p > .05$). Os participantes foram informados que o presente estudo avaliaria a sua percepção sobre mudanças de comportamento observadas em alunos de pré-escola, e que a sua participação teria duração média de 15 a 30 minutos.

Confirmando a hipótese inicial, os resultados mostraram que, de fato, a taxa de detecção de ASI foi maior no grupo exposto à vinheta evidente (na qual constava um conjunto de indicadores sugestivos de ASI). No entanto, chamou a atenção que quando analisadas as taxas de detecção de ASI entre os grupos, verificou-se que houve maior incremento entre o grupo controle e o grupo ambíguo. Pelo fato de que entre estes dois grupos a única distinção foi o acréscimo do desenho sugestivo, pode-se inferir que este indicador gerou influência nas taxas de detecção de ASI. Além disso, ao serem questionados sobre quais indicadores apresentados na vinheta foram levados em conta para a detecção de ASI, a grande maioria dos participantes apontou o desenho potencialmente sugestivo.

Assim, o desenho sugestivo revelou ser um indicador que os professores interpretaram como órgão genital masculino, o que os levou diretamente à suspeita de ASI. É importante salientar que a interpretação de desenhos infantis deve ser feita com cautela, mesmo por aqueles profissionais que detêm conhecimentos sobre técnicas específicas (Craig, Olson, & Saad, 2002; Lilienfeld, Wood & Garb, 2000).

A falta de orientações aprofundadas aos professores acerca das melhores práticas diante de suspeita de ASI pode levar a equívocos e a intervenções precipitadas, como por exemplo, a conversa do professor com a criança (Brubacher et al., 2016). Tal atitude pode contaminar a

memória infantil, favorecendo a criação de falsas memórias sobre abuso sexual (Brewin & Andrews, 2017). Dessa forma, reforça-se a necessidade da criação de programas contínuos e aprofundados de formação sobre o ASI para professores, que busquem não somente informar, mas sim de capacitá-los para lidar com casos suspeitos. É fundamental que seja recomendado aos professores que, diante de casos suspeitos, estes se limitem ao encaminhamento do caso às autoridades competentes.

Referências

- Allen, B., & Tussey, C. (2012). Can projective drawings detect if a child experienced sexual or physical abuse? A systematic review of the controlled research. *Trauma, Violence, & Abuse, 13*(2), 97-111.
- Brewin, C. R., & Andrews, B. (2017). False memories of childhood abuse. *The Psychologist, 30*, 48-52.
- Brubacher, S. P., Powell, M. B., Snow, P. C., Skouteris, H., & Manger, B. (2016). Guidelines for teachers to elicit detailed and accurate narrative accounts from children. *Children and Youth Services Review, 63*, 83-92.
- Bruck, M., Ceci, S. J., & Hembrooke, H. (2002). The nature of children's true and false narratives. *Developmental Review, 22*(3), 520-554.
- Bruck, M., Melnyk, L., & Ceci, S. J. (2000). Draw it again Sam: The effect of drawing on children's suggestibility and source monitoring ability. *Journal of Experimental Child Psychology, 77*(3), 169-196.
- Costa, A. B., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. *Manual de Produção Científica, 55-70*.
- Craig, R., Olson, R., & Saad, S. (2002). Figure drawing indices of psychological accessibility. *Psychological Reports, 91*, 1213-1221.
- DiLeo, J. H. (1973). *Children's drawings as diagnostic aids*. New York: Bruner/Mazel.
- Greco, A. M., Guilera, G., & Pereda, N. (2017). School staff members experience and knowledge in the reporting of potential child and youth victimization. *Child Abuse & Neglect, 72*, 22-31.
- Jonzon, E., & Lindblad, F. (2004). Disclosure, reactions, and social support: Findings from a sample of adult victims of child sexual abuse. *Child maltreatment, 9*(2), 190-200.
- Koppitz, E. M. (1968). *Psychological evaluation of children's human figure drawings*. Australia: Grune & Stratton.

- Lewis, T., McElroy, E., Harlaar, N., & Runyan, D. (2016). Does the impact of child sexual abuse differ from maltreated but non-sexually abused children? A prospective examination of the impact of child sexual abuse on internalizing and externalizing behavior problems. *Child Abuse & Neglect*, *51*, 31-40.
- Lilienfeld, S. O., Wood, J. M., & Garb, H. N. (2000). The scientific status of projective techniques. *Psychological Science in the Public Interest*, *1*(2), 27-66.
- Pelisoli, C., & Piccoloto, L. B. (2010). Prevenção do abuso sexual infantil: Estratégias cognitivo-comportamentais na escola, na família e na comunidade. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, *6*(1), 108-137.
- Sanderson, C. (2004). *The seduction of children: Empowering parents and teachers to protect children from child sexual abuse*. Jessica Kingsley Publishers.
- Schols, M. W., De Ruiter, C., & Öry, F. G. (2013). How do public child healthcare professionals and primary school teachers identify and handle child abuse cases? A qualitative study. *BMC Public Health*, *13*(1), 807-823.
- Sidun, N. M., & Rosenthal, R. H. (1987). Graphic indicators of sexual abuse in draw-a-person tests of psychiatrically hospitalized adolescents. *The Arts in Psychotherapy*, *14*(1), 25-33.
- Yates, A., Beutler, L. E., & Crago, M. (1985). Drawings by child victims of incest. *Child Abuse & Neglect*, *9*(2), 183-189.

2. SEÇÕES

2.1. Seção Teórica

INDICADORES CONSIDERADOS POR PROFESSORES COMO SUGESTIVOS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

RESUMO: O abuso sexual infantil (ASI) é um fenômeno de difícil detecção, pois não existe um indicador específico que certifique que uma criança foi sexualmente abusada, sendo necessário avaliar todo o contexto no qual a criança está inserida. Como as crianças passam grande parte dos seus dias na escola, o ambiente escolar acaba sendo um local propício, no qual as manifestações comportamentais e verbais das crianças podem ser diretamente observadas. É nesse ambiente que as primeiras hipóteses de ASI podem ser consideradas, a partir da suspeita do professor. No entanto, por nem sempre receberem orientações sobre as especificidades do ASI, os professores tendem a adquirir conhecimentos sobre a temática através de fontes informais, por exemplo, através da mídia e/ou conversas com colegas. O objetivo desta revisão sistemática foi identificar quais indicadores os professores consideram sugestivos de ASI. Para atingir o objetivo proposto foi conduzida uma revisão sistemática nas bases Eric, SciELO, Scopus e Web of Science, utilizando as palavras-chave: “*child sexual abuse*”, “*teachers*” e “*attitudes*”. Foram incluídos somente artigos empíricos que relacionassem professores e ASI, e excluídos os que não abordassem os indicadores que os professores consideram sugestivos de ASI. Os resultados apontaram que os indicadores considerados sugestivos de ASI variam de forma significativa entre os professores. Esses resultados parecem estar alinhados com o que a literatura especializada aponta no que concerne à inexistência de indicadores específicos e inequívocos de ASI. Os achados reforçam a importância dos professores receberem formação específica sobre as melhores práticas diante de casos suspeitos, prevenindo possíveis equívocos.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; Professores; Atitudes; Indicadores; Revisão sistemática

ABSTRACT: Child sexual abuse (CSA) is a difficult to detect phenomenon because there is no specific indicator that a child has been sexually abused and it is necessary to evaluate the entire context in which the child is inserted. The school environment is a conducive place in which children's behavioral and verbal manifestations can be directly observed. It is in this environment that the first hypotheses of CSA can be considered, based on the teacher's suspicion. However, because they do not always receive guidance on the specificities of ASI, teachers tend to gain knowledge about the subject through informal sources such as the media or conversations with peers. The objective of this systematic review was to identify which indicators teachers consider suggestive of CSA. In order to achieve the proposed goal, a systematic review was conducted on the bases Eric, Lilacs, SciELO, Scopus and Web of Science, using the keywords: "child sexual abuse", "teachers" and "attitudes". We included only empirical articles that related teachers and ASI, and excluded those that did not address the indicators that teachers consider suggestive of ASI. The results showed that the indicators considered suggestive of CSA vary significantly among teachers. These results seem to be in line with what the literature points out regarding the lack of specific and unequivocal indicators of CSA. The findings reinforce the importance of teachers receiving guidance on best practices in the face of suspected cases, preventing possible misunderstandings.

Keywords: Child sexual abuse; Teachers; Attitudes; Indicators; Systematic review

O abuso sexual infantil (ASI) trata-se de uma forma de abuso em que um adulto utiliza uma criança para fins de estimulação sexual. O ASI nem sempre corresponde a um ato que envolve violência, podendo se dar através de carinhos inapropriados, beijos, a exibição ou exposição da criança à masturbação, ou a um ambiente em que ela presencie a prática de atos sexuais (Furniss, 1993).

O ASI é considerado um problema de saúde pública, devido às graves consequências que pode gerar, principalmente para a criança vitimizada (Jonzon & Lindblad, 2004; Pelisoli & Piccoloto, 2010). O impacto do ASI pode variar muito entre as crianças, assim como a gama de sintomas apresentados. Os efeitos do ASI podem ser emocionais, comportamentais, cognitivos, interpessoais e/ou sexuais (Sanderson, 2005).

A detecção do ASI é uma tarefa complexa, pois não existe um indicador específico que represente inequivocamente que uma criança foi sexualmente abusada. Os mesmos indicadores que são apontados pela literatura como frequentemente observados em crianças sexualmente abusadas podem ser decorrentes de diversos outros problemas (Cromer & Goldsmith, 2010).

Um indicador como o retraimento, por exemplo, pode ser exibido por crianças que passaram por algum outro tipo de trauma, ou que não vivenciariam nenhuma experiência traumática (Kendall, Williams & Finkelhor, 1993). Algumas crianças que realmente sofreram abuso sexual podem não apresentar nenhum indicador, enquanto crianças que não foram abusadas podem apresentar indicadores muito similares aos geralmente identificados em casos de ASI (Collin-Vézina, et al., 2013; Karadag, 2015; Silva, Gava & Dell’Aglia, 2013).

Alguns indicadores que são interpretados como sinais de ASI podem ocorrer devido a problemas de ansiedade, depressão ou até mesmo algumas doenças orgânicas (Karadag, Sönmez & Dereobali, 2015). A própria separação dos pais pode ser, única e exclusivamente, geradora de indicadores que podem se assemelhar a muitos daqueles percebidos como decorrentes do ASI (Trindade, 2017).

O ambiente escolar representa um local fundamental de socialização no qual geralmente as crianças passam grande parte do seu dia. Neste contexto, a relação estabelecida entre alunos e professores se dá de forma estruturante no processo formativo infantil (Borsa, 2007). Depois da família, são os professores quem têm maior convivência com as crianças e assumem um papel de importância e intimidade em suas vidas, sendo capazes de conhecer e reconhecer aspectos fundamentais do seu desenvolvimento e personalidade (Schols, de Ruitter & Öry, 2013).

A escola passa a ser uma extensão do lar das crianças, e os professores assumem um papel que ultrapassa a condição de educadores (Müller, 2008). O ambiente escolar se torna um local privilegiado para a observação das manifestações infantis, no qual os professores são os primeiros capazes de observar alterações comportamentais que podem levar a levantar a possibilidade de ASI (Greco, Guilera & Pereda, 2017).

A suspeita de ASI pelos professores pode ser baseada em conhecimentos originados a partir de fontes informais, como a mídia e o senso comum (Tite, 1994). Esses conhecimentos também podem ser adquiridos a partir de leituras, discussão do assunto com colegas ou amigos (Walsh & Farrell, 2008), através de experiências profissionais ou com a própria vivência de ASI na vida pessoal (Karadag et al., 2015; Phasha, 2008).

Pelo fato de não existir indicadores específicos que possam levar à identificação inequívoca do ASI, é fundamental a compreensão dos conhecimentos dos professores acerca da temática. O objetivo da presente revisão sistemática da literatura foi identificar quais são os indicadores observáveis nas crianças que os professores consideram sugestivos de ASI.

Método

Para atingir o objetivo proposto, dois juízes independentes conduziram uma revisão sistemática seguindo os critérios especificados por Costa e Zoltowski (2014). A pesquisa teve como foco estudos empíricos referentes à relação entre professores e ASI publicados em periódicos indexados da área da Psicologia e da Educação, que trouxessem informações específicas sobre os indicadores que os professores consideram sugestivos de ASI.

Procedimento

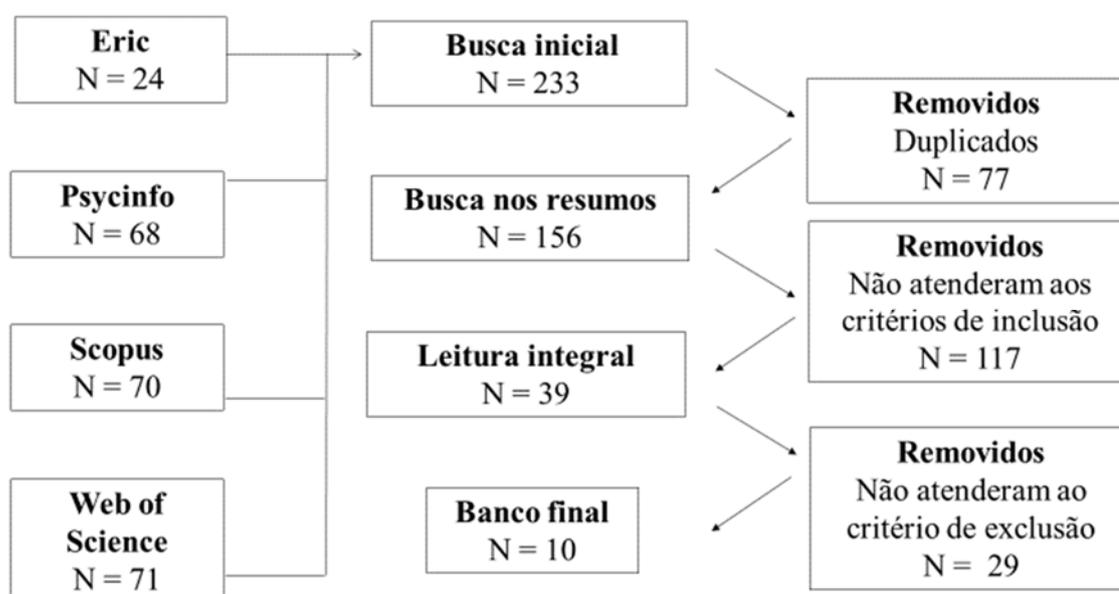
Para realizar a busca por artigos foram escolhidas as bases Eric (*Education Resources Information Center*), PsycINFO, Scopus e Web of Science. A busca foi efetivada entre janeiro e fevereiro de 2017, sem restrição na data de publicação.

As palavras-chave para a busca nas bases foram selecionadas através do *Thesaurus of Psychological Index Terms* da APA, sendo definido o unitermo “*child sexual abuse*”, “*teachers*” e “*attitudes*”. Optou-se por não utilizar termos em português e espanhol, pois uma pesquisa exploratória nas bases de dados evidenciou que não havia uma padronização de palavras-chave indexadas nestes dois idiomas, não permitindo assim a utilização de critérios de busca de artigos padronizada.

Após a busca inicial (Figura 1), foram excluídos os artigos duplicados entre as diferentes bases pesquisadas. Para compor o banco final, primeiramente foram analisados os resumos dos artigos, sendo incluídos somente estudos empíricos que tratassem da relação entre professores e ASI. Os artigos que abordavam os diversos tipos de abuso infantil foram incluídos nesta revisão, pois o ASI consistia um dos tipos. Por fim, através da leitura integral dos artigos que atenderam aos critérios de inclusão, foram excluídos os trabalhos que não traziam informações sobre os indicadores considerados por professores como sugestivos de ASI.

Figura 1.

Estágios da estratégia de busca



Os 10 estudos do banco final foram analisados pelos dois juízes de forma independente. Para alcançar o propósito desta revisão, foram examinados os resultados de tais estudos. Os dados extraídos foram organizados em uma planilha que incluiu referência de cada estudo, bem como os indicadores que os professores apontaram como sendo sugestivos de ASI em cada artigo.

Resultados

A partir dos resultados da busca, os indicadores sugestivos de ASI apontados pelos professores em cada estudo foram submetidos a uma categorização. Cada indicador foi incluído em uma das dez categorias criadas (Tabela 1). Na Tabela 1 consta o número de ocorrências (percentual) dos indicadores em relação ao número total de estudos incluídos ($n= 10$), e são

também descritos os termos específicos que os professores utilizaram para definir os indicadores de ASI.

Tabela 1.

Categorias de indicadores que os professores consideram sugestivos de ASI, de acordo com os resultados dos estudos do banco final (n=10).

Categoria	Frequência	Artigos	Indicador
1. Isolamento	60% (n=6)	Campbell & Wigglesworth, 1993	“isolamento”
		Francis et al., 2012	“evitação de contato com as pessoas”
		Hurtado et al., 2013	“isolamento social”
		Schols et al., 2013	“isolamento”
		Turbett & O’Toole, 1983	“isolamento”
		Walsh & Ferrall, 2008	“isolamento em si mesmo”
2. Problemas Emocionais	50% (n=5)	Campbell & Wigglesworth, 1993	“emotividade”
		Francis et al., 2012	“choro excessivo”
		Hurtado et al., 2013	“tristeza”
		Schols et al., 2013	“ansiedade”
		Turbett & O’Toole, 1983	“problemas emocionais”
3. Agressividade	50% (n=5)	Campbell & Wigglesworth, 1993	“comportamento agressivo”
		Hurtado et al., 2013	“comportamento agressivo”
		Karadag et al., 2015	“destrutividade, desobediência, comportamentos como morder, cuspir, bater, xingar, etc.”
		Walsh et al., 2012	“confrontos físicos com colegas de classe”
		Yanowitz et al., 2003	“agressividade agravada”
4. Mudanças Comportamentais	50% (n=5)	Campbell & Wigglesworth, 1993	“sinais de comportamento incomum”
		Francis et al., 2012	“mudanças abruptas de comportamento”
		Schols et al., 2013	“mudanças súbitas no comportamento”

			Turbett & O'Toole, 1983	“mudanças no comportamento da criança”
			Walsh & Ferrall, 2008	“brincadeiras incomuns”
5. Hipersexualidade		30% (n=3)	Campbell & Wigglesworth, 1993	“comportamento sexualizado”
			Hurtado et al., 2013	“uso de vocabulário sexual”
			Karadag et al., 2015	“contato físico inapropriado de uma criança com adultos, jogos/brincadeiras sexuais não naturais de criança, manipulação obsessiva dos órgãos genitais e exposição ao sexo oposto”
6. Desconfiança de adultos		30% (n=3)	Campbell & Wigglesworth, 1993	“desconfiança de adultos”
			Hurtado et al., 2013	“medo de adultos”
			Karadag et al., 2015	“medo intenso de adultos”
7. Evidências físicas		30% (n=3)	Granville-Garcia et al., 2009	“marcas de objetos ou de mãos”
			Hurtado et al., 2013	“hematomas pelo corpo”
			Karadag et al., 2015	“dificuldades ao andar ou sentar-se devido à dor genital ou anal, enurese ou encoprese”
8. Insegurança		20% (n=2)	Walsh & Ferrall, 2008	“baixa auto-estima”
			Yanowitz et al., 2003	“diminuição da auto-estima”
9. Necessidade de atenção		20% (n=2)	Karadag et al., 2015	“tentativas de estabelecer relações íntimas com todos na escola”
			Schols et al., 2013	“necessidade de chamar a atenção”
10. Resistência em voltar para casa		10% (n=1)	Karadag et al., 2015	“relutância em voltar para casa”

Discussão

Os resultados desta revisão sistemática mostraram que os indicadores que os professores consideram sugestivos de ASI são condizentes com a literatura especializada. Com relação ao indicador “isolamento”, por exemplo, pesquisas sobre a temática apontam que as crianças sexualmente abusadas podem tornar-se solitárias, com baixas habilidades de comunicação (Sanderson, 2005), retraídas (Brino & Williams, 2003; Maia & Spaziani, 2013), e com poucos contatos interpessoais (Francis et al., 2012; Karadag et al., 2015; Mathews, 2011).

O indicador relativo à hipersexualidade também é considerado pela literatura científica como um sinal apresentado por vítimas de ASI. De fato, as crianças que sofrem abuso sexual podem passar a ser promíscuas e precoces, demonstrando conhecimento de assuntos sexuais, expondo seus órgãos genitais e fazendo tentativas de contato sexual com outras crianças (Crenshaw, Crenshaw & Lichtenberg, 1995; Haj Yahia & Attar Schwartz, 2008; Friedrich, Davies, Feher & Wright, 2003).

Apesar dos indicadores revelados nesta revisão sistemática estarem de acordo com o que a literatura aponta, os resultados também demonstraram variabilidade nos tipos de indicadores associados ao ASI. Essa variabilidade pôde ser verificada tanto entre estudos, como dentro de cada estudo. Os resultados do trabalho de Karadag e colegas (2015), por exemplo, revelaram que os participantes consideraram a agressividade, a hipersexualidade, a desconfiança de adultos e a presença de evidências físicas como sendo indicadores característicos de ASI. Já no estudo de Walsh e Farrell (2008), os participantes consideraram o isolamento, a agressividade, as mudanças comportamentais e a insegurança como indicadores característicos de ASI.

A variabilidade de indicadores identificados nesta revisão sistemática reforça o que a literatura aponta sobre a inexistência de indicadores específicos que possam levar, inequivocamente, à detecção de ASI (Cromer & Goldsmith, 2010). Tal constatação mostra-se relevante do ponto de vista teórico-prático, visto que é reconhecida na literatura a ausência de um indicadores específicos predominantes.

Conclusões

O objetivo desta revisão sistemática da literatura foi identificar quais indicadores os professores consideram sugestivos de ASI. Apesar de nenhum dos indicadores revelados pelos professores ser discrepante daqueles apontados pela literatura especializada, a variabilidade de indicadores chama atenção para a importância de cuidados ao realizar interpretações sobre o

ASI. Além disso, pode-se observar que a baixa discrepância entre a recorrência de cada um dos indicadores retifica que, no caso de comportamentos característicos de ASI, não há um sinal ou sintoma predominante. Assim, o ASI se trata de um conjunto de peculiaridades, sem que haja sobreposição de um indicador específico.

O déficit nos conhecimentos sobre a dinâmica do ASI pode levar a equívocos significativos quando se utiliza apenas um indicador ou determinado conjunto de indicadores para considerar a existência do ASI, negando a necessidade da contextualização de cada caso (Brino & Williams, 2003). Diante da suspeita de ASI é essencial que os indicadores observados sejam contextualizados através do conhecimento sobre a criança e suas particularidades, e jamais percebidos de forma isolada.

Os resultados desta revisão sistemática da literatura reforçam a importância dos professores receberem formação específica sobre o ASI ainda no período de sua formação profissional. Além de orientar estes profissionais sobre os indicadores possivelmente verificados em crianças vítimas de abuso sexual, também informar sobre os cuidados ao interpretar as manifestações infantis (Reitsema & Grietens, 2016).

Os próprios professores indicam a necessidade e o desejo de receberem mais capacitações sobre a temática (Campbell & Wigglesworth, 1993; Granville-Garcia, Souza, de Menezes, de Barbosa & Cavalcanti, 2009; Crenshaw et al., 1995; Vitalaki, 2013). Pode-se inferir que a aquisição de conhecimento teórico sobre o tema seria um importante instrumento para a observação mais assertiva de indicadores de ASI, diminuindo a possibilidade de intervenções precoces que podem fazer com que a criança e sua família vivam um trauma desnecessário (Sanderson, 2004).

Sugere-se que sejam realizados estudos mais aprofundados sobre as percepções dos professores acerca do ASI, para identificar possíveis dificuldades destes profissionais diante da temática. Assim, poderá ser reforçada a importância de formação específica sobre como lidar diante de indicadores que possam vir a observar em sua prática profissional.

Referências

- Borsa, J. C. (2007). O papel da escola no processo de socialização infantil. *Psicoglobal-Psicologia*, 142, 1-5.
- Brino, R. D. F., & Williams, L. C. D. A. (2003). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 119, 113-128.

- Campbell, H., & Wigglesworth, A. (1993). Child protection in schools: A survey of the training needs of five schoolteachers. *Public Health, 107*(6), 413-419.
- Collin-Vézina, D., Daigneault, I., & Hébert, M. (2013). Lessons learned from child sexual abuse research: prevalence, outcomes, and preventive strategies. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health, 7*(1), 22.
- Costa, A. B., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. *Manual de Produção Científica, 55-70*.
- Crenshaw, W. B., Crenshaw, L. M., & Lichtenberg, J. W. (1995). When educators confront child abuse: An analysis of the decision to report. *Child Abuse & Neglect, 19*(9), 1095-1113.
- Cromer, L. D., & Goldsmith, R. E. (2010). Child sexual abuse myths: Attitudes, beliefs, and individual differences. *Journal of Child Sexual Abuse, 19*(6), 618-647.
- Francis, K., Chapman, Y., Sellick, K., James, A., Miles, M., Jones, J., & Grant, J. (2012). The decision-making processes adopted by rurally located mandated professionals when child abuse or neglect is suspected. *Contemporary Nurse, 41*(1), 58-69.
- Friedrich, W. N., Davies, W., Feher, E., & Wright, J. (2003). Sexual behavior problems in preteen children. *Annals of the New York Academy of Sciences, 989*(1), 95-104.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança uma abordagem multidisciplinar: manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Granville-Garcia, A. F., de Souza, M. G. C., de Menezes, V. A., de Barbosa, R. G., & Cavalcanti, A. L. (2009). Conhecimentos e percepção de professores sobre maus-tratos em crianças e adolescentes. *Saúde e Sociedade, 18*(1), 131-140.
- Greco, A. M., Guilera, G., & Pereda, N. (2017). School staff members experience and knowledge in the reporting of potential child and youth victimization. *Child Abuse & Neglect, 72*, 22-31.
- Haj-Yahia, M. M., & Attar-Schwartz, S. (2008). Attitudes of Palestinian pre-school teachers from Israel towards reporting of suspected cases of child abuse and neglect. *Child & Family Social Work, 13*(4), 378-390.
- Hurtado, A., Katz, C., Ciro, D., & Gutfreund, D. (2013). Teachers' knowledge, attitudes and experience in sexual abuse prevention education in El Salvador. *Global Public Health, 8*(9), 1075-1086.
- Jonzon, E., & Lindblad, F. (2004). Disclosure, reactions, and social support: Findings from a sample of adult victims of child sexual abuse. *Child maltreatment, 9*(2), 190-200.

- Karadag, S. Ç., Sönmez, S., & Dereobali, N. (2015). An investigation of preschool teachers' recognition of possible child abuse and neglect in Izmir, Turkey. *Journal of Interpersonal Violence, 30*(5), 873-891.
- Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: a review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin, 113*(1), 164.
- Maia, A. C. B., & Spaziani, R. B. (2010). Manifestações da sexualidade infantil: percepção de pais e professoras de crianças de 0 a 6 anos. *Revista Linhas, 11*(01), 68-84.
- Mathews, B. (2011). Teacher education to meet the challenges posed by child sexual abuse. *Australian Journal of Teacher Education (Online), 36*(11), 13.
- Müller, F. (2008). Socialização na escola: transições, aprendizagem e amizade na visão das crianças. *Educar em Revista, (32)*.
- Pelisoli, C., & Piccoloto, L. B. (2010). Prevenção do abuso sexual infantil: Estratégias cognitivo-comportamentais na escola, na família e na comunidade. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, 6*(1), 108-137.
- Phasha, T. N. (2008). The role of the teacher in helping learners overcome the negative impact of child sexual abuse: A South African perspective. *School Psychology International, 29*(3), 303-327.
- Sanderson, C. (2004). *The seduction of children: Empowering parents and children to protect children from sexual abuse*. London: Jessica Kingsley.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia*. São Paulo: M Books do Brasil.
- Schols, M. W., De Ruiter, C., & Öry, F. G. (2013). How do public child healthcare professionals and primary school teachers identify and handle child abuse cases? A qualitative study. *BMC Public Health, 13*(1), 807.
- Silva, D. G. D., Gava, L. L., & Dell'Aglio, D. D. (2013). Sintomas e quadros psicopatológicos em supostas vítimas de abuso sexual: uma visão a partir da psicologia positiva. *Aletheia, (40)*, 58-73.
- Tite, R. (1994). Detecting the symptoms of child abuse: classroom complications. *Canadian Journal of Education, 1*-14.
- Trindade, J. (2017). *Manual de psicologia jurídica para operadores do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

- Turbett, J. P., & O'Toole, R. (1983). Teachers' recognition and reporting of child abuse. *Journal of School Health, 53*(10), 605-609.
- Vitalaki, E. (2013). The child abuse matter and the major role played by the teacher: Issues raised by a pilot focus group sample of primary teachers. *Journal of Education and Learning, 2*(1), 84.
- Walsh, K., & Farrell, A. (2008). Identifying and evaluating teachers' knowledge in relation to child abuse and neglect: A qualitative study with Australian early childhood teachers. *Teaching and Teacher Education, 24*(3), 585-600.
- Walsh, K., Rassafiani, M., Mathews, B., Farrell, A., & Butler, D. (2012). Exploratory factor analysis and psychometric evaluation of the teacher reporting attitude scale for child sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse, 21*(5), 489-506.
- Yanowitz, K. L., Monte, E., & Tribble, J. R. (2003). Teachers' beliefs about the effects of child abuse. *Child Abuse & Neglect, 27*(5), 483-48.

2.2. Seção Empírica

NEM TUDO É O QUE PARECE: A DETECÇÃO DE PROFESSORES SOBRE ABUSO SEXUAL A PARTIR DOS DESENHOS INFANTIS

RESUMO: A escola é o ambiente no qual muitas crianças passam a maior parte do seu dia, estando os professores em uma posição privilegiada para a observação de indicadores que podem levar à detecção de abuso sexual infantil (ASI). Apesar de encontrarem-se nesta posição privilegiada, os professores raramente recebem orientações sobre as melhores práticas diante de casos suspeitos. Assim, a tendência é que os professores adquiram conhecimentos sobre o ASI a partir de fontes informais, como a mídia por exemplo. Dentre tais conhecimentos está a crença de que determinados elementos observados no desenho infantil são indicadores inequívocos de ASI. Este estudo teve por objetivo verificar se um desenho contendo um elemento potencialmente interpretativo como órgão genital masculino influenciaria as taxas de detecção dos professores sobre ASI. Para tanto, foi desenvolvido um experimento no qual os professores foram expostos à vinheta de um caso fictício com diferentes formas de apresentação do desenho sugestivo. Os resultados indicaram que, diante do acréscimo do indicador referente ao desenho sugestivo, a detecção de ASI teve incremento significativo. Estes resultados alertam sobre a importância de os professores receberem formações específicas nas quais sejam orientados que, para a detecção de ASI, não se pode levar em consideração um indicador isolado e que, principalmente, o contexto de cada caso seja considerado antes da detecção.

Palavras-chave: Professores; Abuso sexual infantil; Desenho; Interpretação; Detecção.

ABSTRACT: School is the environment in which many children spend most of their day, with teachers in a privileged position to observe indicators that can lead to the detection of child sexual abuse (CSA). Although they find themselves in this privileged position, teachers rarely receive best practice guidance in the face of suspected cases. Thus, the tendency is for teachers to acquire knowledge about CSA from informal sources such as the media. Among such knowledge is the belief that certain elements observed in children's drawings are unequivocal indicators of ASI. This study aimed to verify if a draw containing a potentially interpretive element as a male genital organ would influence the detection rates of the teachers about CSA. For that, an experiment was developed in which teachers were exposed to the vignette of a fictitious case with different forms of presentation of the suggestive draw. The results indicated that, due to the increase in the indicator referring to the suggestive draw, the CSA detection had a significant increase. These results warn of the importance of teachers receiving specific training in which they are advised that an isolated indicator can not be taken into account for detection of CSA and that, in particular, the context of each case is considered before detection.

Keywords: Teachers; Child sexual abuse; Drawing; Interpretation; Detection.

1. Introdução

O abuso sexual infantil (ASI) é um problema grave, que pode gerar diversas consequências, principalmente para a criança vitimizada (Jonzon & Lindblad, 2004; Pelisoli & Piccoloto, 2010). Os efeitos do ASI são variados, podendo manifestar-se através de indicadores físicos, emocionais, comportamentais, sexuais e sociais (Amazarray & Koller, 1998). Apesar disso, não existe um indicador específico que possa levar à detecção inequívoca de ASI (Sanderson, 2004).

Devido às dificuldades que muitas crianças encontram em revelar o ASI, muitas delas buscam ajuda e apoio fora do ambiente familiar. Os professores, em virtude da sua acessibilidade às crianças em sala de aula, encontram-se em uma posição única para intervir diante de casos suspeitos (Cerezo & Pons-Salvador, 2004; Kleemeier, Webb, Hazzard & Pohl,

1988; Schols, de Ruitter & Öry, 2013). Dessa forma, o professor passa a ser visto pela criança como uma figura de confiança, tornando o ambiente escolar um local propício para a identificação de ASI (Brino & Williams, 2003; Spaziani & Maia, 2013).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os professores têm a obrigação de notificar às autoridades competentes a suspeita de ASI (Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990). Apesar disso, estes profissionais nem sempre recebem formação específica, não sendo orientados sobre a dinâmica do ASI, nem quanto aos procedimentos mais adequados a serem adotados diante de casos suspeitos (Abrahams, Casey & Daro, 1992; Hazzard & Rupp, 1986; Rheingold, et al., 2015).

O desconhecimento e insegurança desses profissionais, somado à obrigatoriedade da notificação, pode levar os professores a adquirirem conhecimentos sobre a temática a partir de fontes informais. Dentre tais fontes estão a mídia (Trindade, 2017), conversas com colegas, comentários de amigos (Kenny, 2004; Webster, O'Toole, O'Toole & Lucal, 2005) ou até mesmo experiências de abuso sexual vivenciadas pelo próprio professor (Walsh, Mathews, Rassafani, Farrell & Butler, 2012).

Um dos indicadores frequentemente associados à ocorrência de ASI é o comportamento sexualizado observado na criança. De fato, crianças sexualmente abusadas podem apresentar temas sexuais nos desenhos, brincadeiras, jogos e histórias (Crenshaw, Crenshaw & Lichtenberg, 1995; Friedrich, Davies, Feher & Wright, 2003; Haj-Yahia & Attar-Schwartz, 2008; Sanderson, 2005). No entanto, crianças que não sofreram qualquer tipo de abuso podem apresentar comportamento sexualizado originado por outros fatores, que não o abuso.

A interpretação do desenho infantil como sendo representativo de órgãos genitais está entre os indicadores que podem levar professores à detecção de ASI. Quando um adulto observa um desenho infantil, sem que a criança seja questionada sobre o seu significado, ocorre um processo interpretativo (Katz & Hamama, 2013). Tal processo é repleto de subjetividade, pois sofre a influência de fatores individuais daquele que interpreta.

Ao analisar um desenho infantil, o indivíduo tende a realizar uma comparação do que observa com os conhecimentos prévios sobre o ASI, que muitas vezes são provenientes de fontes informais. Tais conhecimentos tendem a influenciar diretamente na interpretação do desenho, uma vez que a interpretação decorre de uma compreensão muito particular e, desta forma, enviesada (Hutz & Bandeira, 1995; Trowbridge, 1995).

Diversos estudos já foram realizados a fim de verificar a associação entre o desenho infantil com elementos que poderiam ser interpretados como órgãos genitais e o ASI. Em 1968,

Koppitz coletou desenhos de mais de 1.800 crianças com idades entre 5 e 12 anos que haviam sofrido ASI, e observou que menos de 1% delas desenhou a genitália na figura humana. Com base nessas descobertas, DiLeo (1973) realizou sua própria revisão dos desenhos infantis e também concluiu quanto à baixa prevalência de representações gráficas de genitais por crianças sexualmente abusadas. Nos estudos de Sidun e Rosenthal (1987) e Yates et al. (1985), também não foram identificadas maiores taxas do desenho de genitais em crianças sexualmente abusadas quando comparadas com um grupo de crianças não abusadas.

Os estudos empíricos que utilizaram a análise do desenho da figura humana (DFH) demonstraram propriedades psicométricas fracas, principalmente pela falta de clareza nas regras e no objetivo dos estudos propostos (Naglieri, McNeish, & Bardos, 1991). Anastasi e Urbina (2000) referem que, apesar da análise do DFH ser uma das técnicas mais difundidas na prática de avaliação infantil, é um teste muito questionado em relação a sua validade, levando em consideração que os estudos que buscam evidências de validade têm apresentado resultados contraditórios (Lilienfeld, Wood & Garb, 2000).

Mesmo profissionais que detêm conhecimentos sobre a análise de desenhos infantis devem ter cautela ao utilizar tal instrumento em avaliações e terapia com crianças (Lilienfeld, Wood & Garb, 2000). Conforme estudo de Bruck, Melnyk e Ceci (2000) os próprios psicólogos reconhecem as limitações deste tipo de técnica, e consideram que a interpretação de desenhos deve ser feita com cuidado. Assim, a probabilidade de classificar incorretamente uma criança como abusada sexualmente ao considerar os desenhos infantis desencoraja o uso desse indicador em avaliações de ASI (Allen & Tussey, 2012).

Poole e Bruck (2012) alertam sobre as precauções ao interpretar desenhos infantis, pois muitas vezes os significados que os adultos dão às expressões das crianças não são fidedignos àquilo que a criança, de fato, pretendeu expressar. Nem sempre as crianças utilizam o desenho como forma de expressar algo que esteja acontecendo em suas vidas (Lilienfeld, Wood & Garb, 2000). Para que uma criança possa representar a si mesma em um desenho, esta deve ter bem desenvolvida a capacidade de dupla representação. Tal capacidade refere-se à habilidade da criança em se auto-representar através de um objeto ou símbolo. Por exemplo, quando uma criança desenha uma boneca, a dupla representação permite que ela compreenda que este desenho pode representar ela própria (DeLoache, Kolstad, & Anderson, 1991; DeLoache & Marzolf, 1995; Goodman & Melinder, 2007).

Nem todas as crianças possuem bem desenvolvida a capacidade de dupla representação, sendo que um desenho ou brincadeira pode representar outras pessoas ou coisas que não ela

própria. Ao observar um indicador que, na interpretação do professor, é sugestivo de ASI, este indicador isolado pode levar à suspeita, sem que sejam considerados outros fatores, como um conjunto mais amplo de indicadores e a contextualização do caso.

1.1. Objetivo do presente estudo

Este estudo teve por objetivo verificar se um desenho com um elemento potencialmente interpretativo como órgão genital masculino (desenho sugestivo) influenciaria as taxas de detecção de ASI por professores pré-escolares. Os participantes foram expostos à vinheta de um caso fictício, que variou dependendo da forma com a qual o desenho sugestivo foi apresentado. Após a exposição à vinheta, os participantes responderam se detectavam ASI, quais indicadores retratados na vinheta os levaram à detecção, e quais os indicadores que consideravam, de forma geral, sugestivos de ASI.

A principal hipótese foi de que seriam verificadas maiores taxas de detecção de ASI no grupo exposto à vinheta que continha, além do desenho sugestivo, outros indicadores sugestivos de ASI. Assim, esperava-se que os participantes considerassem um conjunto de indicadores para a detecção de ASI, e não apenas um indicador isolado.

2. Método

2.1. Participantes e descrição da amostra

Participaram do estudo 113 professores de pré-escolas municipais da cidade de Porto Alegre/RS, sendo que destes foram excluídos 3 participantes que preencheram incorretamente ao questionário, totalizando 110 protocolos válidos. Os participantes foram designados aleatoriamente entre os grupos. O Grupo Controle (GC) foi composto por 37 participantes, (94,8% do sexo feminino); o Grupo Ambíguo (GA) por 39 participantes (90% do sexo feminino) e o Grupo Evidente (GE) por 34 participantes (88,2% do sexo feminino). O fato de a maioria dos participantes ser do sexo feminino se deu porque, geralmente, professores de pré-escola são mulheres (Aragão & Kreutz, 2016).

A média de idade dos participantes foi de 40,82 anos ($dp=8,9$), não havendo diferença significativa entre os grupos no que tange a idade e sexo ($p>.05$). Quanto ao número de filhos, 38 participantes relataram não ter filhos, e os participantes que relataram ter, tinham em média 2,4 filhos ($dp=0,775$), não havendo diferença entre os grupos ($p>.05$). Em relação ao estado civil dos participantes, 55 eram casados, 41 solteiros, 10 em união estável e 4 divorciados, não havendo diferença significativa entre grupos ($p>.05$). Acerca de formação sobre o ASI, 36,3%

dos participantes relataram ter recebido algum tipo de formação específica, não havendo diferença entre os grupos ($p > .05$). Sobre experiência prévia com ASI, 66% dos participantes indicaram ter experiência com ASI em sua vida profissional, e 29% indicaram ter experiência com ASI em sua vida pessoal, não havendo diferença entre grupos ($p > .05$).

2.2. Instrumentos utilizados

A fim de verificar a influência do desenho sugestivo na detecção do ASI, foram desenvolvidos três instrumentos. Estes instrumentos visaram identificar: a) a detecção dos participantes diante da suspeita de ASI; b) em quais indicadores retratados na vinheta os participantes basearam sua percepção e c) quais os indicadores os participantes elencaram como sendo, de forma geral, característicos de ASI.

No desenvolvimento dos instrumentos uma versão preliminar dos mesmos foi submetida à avaliação de seis juízes independentes: três especialistas da área do ASI (uma advogada criminalista, uma assistente social e uma psicóloga forense) e três professoras de pré-escolas municipais com experiência docente superior a dez anos. Esta avaliação visou verificar a adequação dos instrumentos de acordo com os objetivos propostos pelo estudo, não sendo necessário nenhum ajuste.

2.3.1. Ficha de dados biossociodemográficos

Com o objetivo de identificar características biossociodemográficas dos participantes foi desenvolvida uma ficha de dados biossociodemográficos contendo os seguintes dados objetivos: sexo, idade, estado civil, número de filhos e tempo de experiência na educação infantil. Na mesma ficha de informações, de forma exploratória, os participantes responderam, através de escolha forçada (sim/não), se: a) “*Você já suspeitou ou confirmou casos de abuso sexual infantil em sua prática profissional?*”; b) “*Você já recebeu alguma formação sobre abuso sexual infantil?*” e, por fim, c) “*Você se sente bem preparado(a) para identificar sinais de abuso sexual em seus alunos?*”.

2.3.2. Vinheta do caso fictício

Para retratar o desenho sugestivo em diferentes formas de apresentação foi elaborada uma vinheta na qual foi descrito o caso de uma aluna fictícia. Este tipo de material tem se mostrado eficaz para avaliar a detecção de professores acerca do ASI (Egu & Weiss, 2003; Walsh et al., 2012; Webster et al., 2005).

A vinheta retratou o caso de Valentina, uma menina de cinco anos, que frequenta a pré-escola e vem apresentando algumas particularidades em seu comportamento. Esta vinheta continha três níveis distintos, dependendo da forma com que o desenho sugestivo foi retratado. A primeira vinheta (controle) descrevia que Valentina vinha apresentando queda no rendimento escolar e continha um desenho representativo da figura humana sem nenhum elemento potencialmente interpretativo de ASI (Figura 1).

A segunda vinheta (ambígua) também descrevia a queda do rendimento escolar de Valentina, mas foi acrescentado no desenho representativo da figura humana um elemento potencialmente interpretativo como sendo órgão genital masculino (Figura 2). Este tipo de desenho foi eleito por ser considerado por professores como sugestivo de ASI (Campbell & Wigglesworth, 1993; Hurtado, Katz, Ciro & Gutfreund, 2013; Karadag, Sönmez & Dereobalı, 2015; Pereira & Williams, 2008; Shonk & Cicchetti, 2001; Tite, 1994; Turbett & O'Toole, 1983; Walsh et al., 2012; Yanowitz, Monte & Tribble, 2003).

A última vinheta (evidente) descrevia a queda no rendimento escolar, continha o desenho sugestivo (Figura 2) e, além disso, também descrevia que Valentina vinha apresentando agressividade e desconfiança com a aproximação de adultos.

Os indicadores retratados nas vinhetas foram selecionados com base no estudo de revisão sistemática de Boscardin, Dillenburg e Stein (2017, em elaboração) por serem considerados característicos de ASI por professores. O desenho retratado nas vinhetas é proveniente de um site norte-americano (<https://www.boredpanda.com>) no qual se encontram expostos diversos desenhos infantis potencialmente interpretativos como sendo o órgão sexual masculino, mas que, para a criança, teriam sido desenhados com a intenção de representar objetos distintos. No desenho eleito para este estudo, uma menina de cinco anos desenhou uma pá na mão da representação da figura humana.

Figura 1



Figura 2



2.3.3. Questionário de detecção

Este instrumento foi elaborado com base em estudos que abordaram a detecção de ASI (Everson & Sandoval, 2011; Horner, Guyer & Kalter, 1993). O questionário de detecção teve por objetivo verificar se os participantes detectavam ASI na vinheta analisada e quais os indicadores retratados na vinheta foram utilizados como base para a detecção.

Na primeira pergunta, que visou verificar a detecção de ASI, “*Em sua opinião, o que está acontecendo com Valentina?*”, os participantes poderiam escolher apenas uma das quatro alternativas oferecidas. Além da alternativa “*Valentina está sofrendo abuso sexual*” foram apresentadas outras três: “*Os pais de Valentina estão se separando*”; “*A irmã de Valentina nasceu recentemente*”; e “*Valentina apresenta comportamentos normais*”.

Na segunda pergunta foi solicitado que os participantes descrevessem livremente quais os indicadores sugeridos na vinheta foram utilizados como base para a resposta à primeira pergunta, sinalizando “*Quais os indicadores da vinheta o (a) levaram à sua resposta?*”. O número de indicadores a serem descritos não foi limitado, sendo que cada participante pôde descrever quantos indicadores considerasse que o levou a sua resposta.

Por fim, foi solicitado aos participantes: “*Liste abaixo os indicadores que você considera que, em geral, as crianças sexualmente abusadas apresentam*”, orientado-os a iniciar pelos indicadores que consideravam mais característicos de ASI. Os indicadores elencados também não tiveram limitação de número, sendo permitido ao participante elencar quantos indicadores considerassem característicos de ASI. Por fim, foi solicitada a resposta à pergunta: “*De que forma você adquiriu os conhecimentos listados?*”.

2.2. Delineamento

Os participantes foram distribuídos aleatoriamente em três grupos em função da vinheta a ser analisada. As vinhetas diferiram de acordo com a forma de apresentação do desenho sugestivo. O grupo controle (GC) foi exposto à vinheta que não continha o desenho sugestivo. O grupo ambíguo (GA) foi exposto à vinheta que continha o desenho sugestivo. O grupo evidente (GE) foi exposto à vinheta que continha, além do desenho sugestivo, outros indicadores sugestivos de ASI. A variável dependente foi a detecção de ASI, ou seja, referente às respostas dos participantes que confirmavam a ocorrência de ASI na vinheta analisada.

2.4. Procedimentos

Após aprovação do comitê de ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CAAE: 67447417.1.0000.5336), e a obtenção da autorização da Secretaria Municipal de Educação, foi realizado o estudo piloto para a pesquisa. Para tanto, em dia e horário previamente agendados com a diretoria das instituições, os pesquisadores compareceram às escolas. O estudo piloto contou com uma amostra de nove (n=9) professores, com as mesmas características propostas para a amostra definitiva. Esse piloto visou testar o paradigma experimental proposto e realizar eventuais ajustes antes da aplicação na amostra definitiva do estudo.

Os participantes foram designados aleatoriamente em três grupos, totalizando três (n=3) participantes por grupo. Os grupos foram denominados Grupo Controle (GC), Grupo Ambíguo (GA) e Grupo Evidente (GE). A participação no estudo se deu de forma individual em salas reservadas disponibilizadas pela direção das escolas. Cada professor, após preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, recebeu a orientação de que a pesquisa tinha por objetivo verificar como os professores de pré-escola percebem mudanças comportamentais em seus alunos. Em seguida, foi solicitado que realizassem a leitura da vinheta. Após a leitura foi entregue o questionário para preenchimento, e por fim a ficha de dados biosociodemográficos. Cada participante levou, em média, de 15 a 30 minutos entre a leitura da vinheta, o preenchimento do questionário e da ficha de dados biosociodemográficos.

Optou-se por expor os participantes às vinhetas antes dos demais instrumentos a fim de não revelar a temática do ASI, buscando evitar vieses nas respostas. Após, os mesmos procedimentos do estudo piloto foram empregados com a amostra definitiva.

2.5. Análise dos dados

A fim de analisar o efeito do desenho sugestivo na detecção do ASI, a variável resposta foi recodificada para uma variável binária (0= Valentina não está sofrendo abuso sexual, 1= Valentina está sofrendo abuso sexual). Para a análise das questões qualitativas elaborou-se uma listagem dos dados presentes em cada uma das respostas dos questionários, a partir da qual foram criadas categorias específicas de indicadores sugestivos de ASI. As informações foram distribuídas no banco de dados como variáveis binárias, com a observância de presença ou ausência das categorias estabelecidas. Por exemplo, dentro da categoria hipersexualidade, foram incluídos indicadores como masturbação e brincadeiras sexualizadas.

Primeiramente foi realizada uma análise Kruskal-Wallis verificando o efeito do desenho sugestivo na detecção de ASI. Após, foi realizada uma análise planejada por meio de qui-quadrado, a fim de comparar os grupos por duplas. A segunda análise visou identificar os indicadores retratados na vinheta que os participantes apontaram como base para a detecção de ASI, através de qui-quadrado. Por último, os indicadores característicos de ASI elencados de forma livre pelos participantes foram analisados de forma descritiva, a partir de frequência e porcentagem. Os tratamentos estatísticos utilizaram um $\alpha < 0,05$ para os testes de hipóteses.

3. Resultados

Nesta seção primeiramente serão apresentados os resultados referentes aos efeitos da manipulação da forma de apresentação do desenho sugestivo nas respostas dos participantes (detecção de ASI), bem como serão apresentados em quais indicadores retratados na vinheta os participantes basearam a detecção. Após, serão expostos os resultados referentes aos conhecimentos que os participantes relataram possuir sobre o ASI, e também as fontes de tais conhecimentos.

3.1 Efeito da quantidade de indicadores de ASI na detecção

Os dados (Tabela 1) evidenciaram que a manipulação da forma de apresentação do desenho sugestivo parece ter impactado na detecção de ASI [$\chi^2(2,110) = 43,428, p < .001, \eta_p^2 = .623$]. Comparações planejadas indicaram que este efeito foi na direção esperada [$\chi^2(1) > 6,182, ps < .05$], já que a taxa de detecção de ASI do grupo ambíguo foi de 50%, sendo as taxas do grupo controle as menores e do evidente as maiores. Além disso, na comparação entre os grupos ambíguo e controle, verificou-se que o grupo ambíguo apresentou maior detecção de ASI.

Tabela 1

Proporção de detecção de abuso sexual infantil (ASI) conforme a apresentação do desenho sugestivo na vinheta a qual os participantes foram expostos.

Apresentação do desenho sugestivo	Detecção de ASI				Total N
	Não		Sim		
	N	%	N	%	
Sem desenho sugestivo	36	92,3	1	2,6	37
Com desenho sugestivo	19	47,5	20	50	39
Com desenho sugestivo e outros indicadores	7	20,6	27	79,4	34

Ao analisar as diferenças entre o grupo controle e o grupo ambíguo, entre os quais a distinção era o acréscimo do desenho sugestivo, verificou-se incremento de 47,4% na detecção de ASI. Em menor proporção, os resultados indicaram incremento de 29,4% na detecção de ASI do grupo ambíguo para o grupo evidente, sendo a diferença entre os grupos o acréscimo de agressividade e desconfiança.

Ademais, quando os participantes que detectaram o ASI elencaram quais indicadores retratados na vinheta foram utilizados como base para a detecção, o desenho sugestivo foi apontado por 100% dos participantes do grupo ambíguo, e por 92,6% do grupo evidente. Apesar de que no grupo evidente havia outros indicadores sugestivos de ASI (agressividade e desconfiança), ainda assim o desenho sugestivo foi o mais apontado. O grupo controle foi desconsiderado para esta análise, já que apenas um dos participantes detectou o ASI.

A fim de verificar se a forma de apresentação do desenho sugestivo foi a única influência para a detecção de ASI foram realizadas análises das demais variáveis envolvidas, tais como experiência prévia com ASI na vida pessoal ou profissional, e formação específica sobre o ASI. A partir destas análises não foram encontradas diferenças na detecção de ASI ($p > .05$) em função de tais variáveis.

3.2 Conhecimentos dos professores sobre o ASI

Em relação aos conhecimentos gerais que os participantes possuem sobre o ASI, os resultados (Tabela 2) demonstraram que o desenho sugestivo apareceu de forma menos preponderante (em apenas 21,6%). Já os indicadores agressividade, hipersexualidade e isolamento foram elencados com maior frequência, sendo que cada um deles foi elencado por 53,1% dos participantes.

Tabela 2

Número e proporção de participantes que listaram cada um dos indicadores sugestivos de ASI.

Indicadores	Total	%
Agressividade	60	53,1
Hipersexualidade	60	53,1
Isolamento	60	53,1
Problemas emocionais	45	39,8
Desconfiança	35	31
Mudança comportamento	32	28,3
Medo	30	26,5
Desenho sugestivo	25	22,1
Apatia	24	21,2
Sintomas físicos	23	20,4
Revelação da criança	16	14,2
Insegurança	14	12,4
Queda escolar	11	9,7
Vergonha	8	7,1
Comportamentos regressivos	8	7,1
Problemas alimentares	6	5,3
Problemas de sono	6	5,3
Agitação	3	2,7
Necessidade de chamar atenção	3	2,7
Necessidade de proximidade	3	2,7
Outros aspectos do desenho	2	1,8

Como principal fonte de conhecimento sobre o ASI, 42% dos participantes citaram leituras realizadas durante sua formação acadêmica. Em segundo lugar, 22,1% dos participantes apontaram a mídia como fonte de conhecimento sobre o ASI, incluindo principalmente televisão e *internet*. Outra fonte, citada por 20,4% dos participantes, foram as conversas com os colegas. Os resultados também mostraram que apenas 36,3% dos participantes relataram já ter recebido formação específica sobre o ASI. Quando questionados se sentiam que estavam preparados para detectar ASI em seus alunos, somente 16,8% dos participantes responderam que sim, não havendo diferença significativa entre os grupos ($p > .05$).

A necessidade de receber orientações sobre o ASI foi sinalizada pelos participantes na seção destinada a comentários livres. Tais comentários foram preenchidos por 71,8% dos participantes, nos quais 14,5% expressaram tal necessidade. Alguns exemplos de comentários foram: “*Seria muito interessante formações nas escolas sobre o tema, tanto sobre como identificar, mas também sobre como proceder em caso de suspeita*”; “*Nós educadores*

deveríamos ter uma formação ou um curso que nos habilitasse a lidar com estas situações”; “Considero importante a exploração desse tema com formações específicas para isso”.

4. Discussão

Este estudo teve por objetivo principal verificar se um desenho contendo um elemento potencialmente interpretativo como órgão genital masculino influenciaria a taxa de detecção de ASI por professores pré-escolares. Confirmando a hipótese inicial deste estudo, os resultados apontaram que, de fato, a taxa de detecção de ASI foi maior no grupo exposto à vinheta que continha, para além do desenho sugestivo, um conjunto de indicadores comumente considerados por professores como sugestivos de ASI.

Apesar disso, verificou-se que no grupo exposto à vinheta ambígua, na qual a única diferença com relação às demais vinhetas foi o acréscimo de um desenho sugestivo, houve maior incremento na detecção de ASI (47,4%) quando comparado com a taxa de detecção do grupo evidente (29,4%), o qual foi exposto à, além do desenho sugestivo, descrição de um conjunto de indicadores sugestivos de ASI. Deste modo, os resultados evidenciaram que a percentagem de professores que detectou ASI a partir do acréscimo do desenho sugestivo foi maior, o que permite inferir que o desenho sugestivo gerou representatividade superior a outros indicadores na detecção de ASI.

Uma vez salientada a relevância do desenho sugestivo para a detecção de ASI, destaca-se também os indicadores que os participantes consideraram como base para a detecção. Deste modo, evidenciou-se que todos os participantes do grupo ambíguo basearam a detecção de ASI exclusivamente no desenho sugestivo. Este achado reforça a ideia anteriormente discutida, de que o desenho sugestivo assume um papel fundamental para os professores na detecção do ASI.

Observou-se que, mesmo no grupo exposto à vinheta evidente, que continha outros indicadores além do desenho sugestivo, o desenho assumiu posição de supremacia, sendo apontado pelos participantes como base para a detecção por quase totalidade dos participantes (92,6%). Deste modo, ainda que outros indicadores sugestivos de ASI, tais como agressividade e desconfiança, estivessem retratados na vinheta e se tratassem de indicadores sugestivos de ASI, o desenho seguiu sendo aquele que manifestou maior representatividade.

O incremento da detecção unicamente com base em um desenho sugestivo pode ter ocorrido pelo fato de os aspectos comportamentais (agressividade e desconfiança) possuírem caráter subjetivo, o que muitas vezes dificulta a aferição. O desenho, por sua vez, possui caráter objetivo e evidente, ainda que interpretativo. A observância de um conteúdo sexual no desenho,

por seu caráter explícito, pareceu, portanto, ter maior relevância do que a diversidade de manifestações comportamentais retratadas na vinheta, visto que, ao que tudo indica, implicou diretamente em conotação sexual.

A interpretação de uma representação gráfica não é aquilo que, de fato, ela representa, mas sobretudo aquilo que os outros nela enxergam. Uma interpretação é sempre baseada naquilo que a precede, ou seja, nos conhecimentos adquiridos previamente pelo sujeito que analisa (DeLoache, 2005). Deste modo, uma criança que desconhece intercursos sexuais, por exemplo, dificilmente é capaz de os representar em um desenho. Ao inverso, cabe salientar que um desenho com real conotação sexual, ao ser apresentado a uma criança que ignora tal conteúdo, pouco lhe fará sentido, tendendo a geralmente ser associado a qualquer outra coisa que lhe seja familiar, e não aquilo que realmente representa. Sendo assim, os resultados apontaram que, na interpretação do desenho, são os professores que tendem a projetar uma conotação sexual advinda deles próprios, e não necessariamente provenientes da criança.

Ainda que, eventualmente, uma criança abusada manifeste através de suas representações gráficas conteúdos sexualizados, estes devem ser reconhecidos apenas por aqueles que detêm conhecimento técnico e científico para tal (Lilienfeld et al., 2000). Deste modo não cabe aos professores este tipo de averiguação, sendo a utilização desta técnica discutível até mesmo para aqueles que são capazes e habilitados.

Nesse sentido, destaca-se a teoria da dupla representação, que reforça a noção de que nem tudo é o que parece. A teoria implica na observância de que o desenho de uma figura humana realizado por uma criança pode ser tanto uma representação própria quanto a expressão de uma boneca ou, ainda, de um terceiro (DeLoache, 2000). Uma criança, ao desenhar uma boneca, por se tratar de uma imagem que apresenta semelhança com os seres humanos, apresentará os mesmos elementos que estes possuem (olhos, boca, nariz, cabelo, etc.), sem necessariamente ser representativo de um ser humano. Deste modo, num desenho, torna-se praticamente impossível realizar esta distinção apenas através de observação.

Crianças pequenas nem sempre são capazes de expressar através dos desenhos objetividade suficiente para se fazer entender por um terceiro. Isto faz com que, muitas vezes, as crianças não sejam capazes de expressar aquilo que realmente pretendem (DeLoache, 1991). Deste modo, a única forma de saber efetivamente o significado que a criança pretendeu dar ao desenho seria questionando-a.

A partir desta percepção o professor pode tomar atitudes como conversar diretamente com a criança (Brubacher, Powell, Snow, Skouteris & Manger, 2016; Maia & Spaziani, 2013).

Pelo fato de o professor não possuir conhecimentos sobre técnicas de entrevista, pode-se inferir que tal intervenção favorece a contaminação da memória da criança, o que por consequência pode dar início à geração de falsas memórias sobre um abuso que jamais ocorreu (Brubacher, Powell, Skouteris & Guadagno, 2016).

Os professores, ao considerarem a ocorrência de ASI a partir da interpretação de um desenho infantil, tendem a realizar questionamentos à criança. Ocorre, no entanto, que estes nem sempre são feitos de maneira pertinente. Por um lado, isso pode ocorrer devido à falta de capacitação técnica para tal, e por outro devido à tendência de confirmar hipóteses pré-estabelecidas. Ou seja, se um desenho infantil é interpretado pelo professor como tendo uma conotação sexual, automaticamente este atuará guiado por um viés de confirmação, e as perguntas tenderão a confirmar essa hipótese. É como se o professor, ao questionar a criança, fosse em busca das respostas que possam satisfazer os precedentes indicados no desenho, neste caso, a ideia da ocorrência do ASI (Kassin, Dror & Kukucka, 2013; Nickerson, 1998).

No estudo de Brubacher e colegas (2014) foram avaliadas as perguntas utilizadas por professores em uma situação de entrevista simulada. Os resultados indicaram que a maioria dos participantes fizeram uso de perguntas fechadas e indutivas, e que somente 13% fizeram uso de perguntas abertas. Este achado reforça que, mesmo que os professores tenham conhecimentos sobre como conversar com a criança, isso deve ser feito com cautela (Bryant & Baldwin, 2010). Se uma criança faz uma revelação clara sobre o ASI, o professor deve encaminhar o caso aos órgãos competentes, não sendo feitas tentativas de entrevista por parte da escola, pois tal investigação não compete ao professor (Hawkins & McCallum, 2001).

Quanto à questão dos indicadores de ASI, ao elencar de forma livre, os professores demonstraram ter conhecimentos sobre a temática que parecem estar de acordo com o que aponta a literatura especializada. Nesse sentido, os indicadores agressividade, isolamento, hipersexualidade são comumente verificados em casos de ASI. Ao comparar estes resultados com o estudo de revisão sistemática de Boscardin e colegas (2017, em preparação) foi constatada equivalência nos achados.

No entanto, os resultados do presente estudo mostraram que o indicador desenho sugestivo foi elencado por apenas 22,1% dos participantes, como sendo um indicador considerado para a detecção de ASI. Este achado vai em desacordo ao observado nos resultados do experimento realizado no presente estudo, no qual o desenho sugestivo foi apontado pelos professores como base primordial para a detecção de ASI.

Deste modo, observa-se que, conforme descrito por Brino e Williams (2003), em estudos experimentais muitas vezes não há correspondência entre o “dizer” e o “fazer”. Assim, a expressão manifesta pelo participante pode estar sendo influenciada por vários fatores, tais como aceitação social ou receio de cometer equívocos. Essas expressões podem, portanto, não corresponder ao que o participante realmente consideraria para a detecção diante de uma suspeita real de ASI.

As análises também permitiram verificar que o fato de o professor ter tido experiência prévia com abuso sexual ou formação específica sobre a temática não influenciou a detecção de ASI. Tais resultados vão em discordância de outros estudos, nos quais foi considerado que a experiência e formação dos professores acerca do ASI aumentou a detecção (Kenny, 2004; Walsh et al., 2008).

Apesar de 36,3% dos professores indicarem já ter recebido algum tipo não especificado de formação sobre o ASI, os resultados deste estudo permitem inferir que tais formações não foram suficientemente capazes de atingir os seus principais objetivos (Rheingold et al., 2015). Pode-se supor quanto à tendência dos professores de detectar o ASI com base em indicadores isolados e descontextualizados, desconsiderando a recomendação de que seja observado um conjunto de sintomas, a cronicidade e a intensidade, bem como o contexto em que tais indicadores estão inseridos (Brino & Williams, 2008).

Os resultados indicaram que os conhecimentos provenientes da mídia foram o segundo tipo mais citado pelos participantes como fonte de informação sobre ASI. No entanto, a mídia trata-se de uma fonte que, muitas vezes, fornece informações massivas e descomprometidas de elementos técnicos e científicos. Idealmente, os conhecimentos destes profissionais sobre o ASI deveriam ser provenientes de uma formação específica, contínua e aprofundada (Rheingold et al., 2015). Pode-se inferir que a precipitação da detecção de ASI é, muitas vezes, decorrente da falta de conhecimento técnico e científico, sendo, portanto, grande parte destes conhecimentos advindos de fontes informais, que muitas vezes agregam conteúdos às vivências do indivíduo, podendo levar a interpretações sobre o ASI.

Apesar disso, os participantes reconhecem a importância de receberem formação específica, para a partir disso adquirirem conhecimentos sobre o ASI (Kenny, 2004; Webster et al., 2005). Tais aspectos puderam ser observados na análise qualitativa das respostas, nas quais foram manifestos os sentimentos referentes à necessidade de maior formação nesta área, como forma de qualificação e habilitação para lidar com tais situações de forma mais assertiva.

4.5 Limitações

A limitação identificada neste estudo foi a ausência de uma quarta vinheta, na qual fossem apresentados somente os indicadores agressividade e desconfiança sem, no entanto, a presença do desenho sugestivo. Assim, sugere-se um novo estudo que permita, através da inclusão de um quarto grupo, verificar com maior clareza a influência do desenho sugestivo na detecção de ASI.

Ademais, poderia ter sido mais explorada as questões complementares, bem como as formações recebidas pelos participantes, a fim de verificar se estas foram realmente pouco eficazes. Podendo, ainda, ser analisado se a falta de eficácia se deu por conta da qualidade oferecida na formação, ou por dificuldades de assimilação e compreensão do conteúdo por parte dos participantes.

5. Conclusões

Este estudo teve como principal objetivo verificar se a detecção de professores acerca de ASI seria influenciada por um desenho contendo um elemento potencialmente interpretativo como órgão genital masculino, que aqui nomeamos desenho sugestivo. Os resultados apontaram, de forma geral, que a maior taxa de detecção foi apresentada pelos participantes expostos à vinheta que continha, além do desenho sugestivo, outros indicadores sugestivos de ASI. Apesar disso, o incremento que o indicador referente ao desenho sugestivo gerou na detecção chama a atenção, pois a grande maioria dos professores utilizou este indicador como base para a detecção.

Por outro lado, ao responderam de forma objetiva sobre os indicadores de ASI, os participantes elencaram outros indicadores como sendo mais significativos do que o desenho sugestivo. Embora este dado demonstre que os professores reconhecem a fragilidade da associação direta do desenho ao ASI, ainda assim este tipo de desenho foi identificado como fonte primordial utilizada pelos professores para a detecção de ASI.

Os achados reforçam a possibilidade de equívocos ao realizar a interpretação de desenhos infantis, não sendo recomendável a utilização deste indicador isolado como base para a detecção de ASI. O desenho, interpretado como sendo de cunho sexual, não pode ser diretamente associado à ocorrência de ASI, pois apesar de alguns estudos indicarem que crianças sexualmente abusadas apresentam elementos sexualizados em seus desenhos, nem sempre esta associação é verdadeira. Assim, não se pode afirmar que exista causalidade entre a

representação de genitália no desenho da figura humana e a ocorrência de ASI (Katz & Hamama, 2013).

A interpretação de desenhos infantis muitas vezes diz mais de quem interpreta do que da própria criança que produz tais desenhos. Ademais, a qualidade de um desenho infantil está sempre associada à etapa desenvolvimental na qual a criança se encontra, devendo ser reconhecidas as limitações da criança em representar com clareza aquilo que ela realmente se propõe (DeLoache, 2000). Cabe destacar que uma figura humana desenhada por uma criança não necessariamente representa a sua própria imagem, podendo ser representativa de qualquer um que se faça valer de sua semelhança, seja um terceiro ou mesmo uma boneca (DeLoache, 1991; DeLoache, 2005).

Diante da suspeita de ASI é essencial que os indicadores observados sejam contextualizados através do conhecimento sobre a criança e suas particularidades, e jamais percebidos de forma isolada. Além disso, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990), é recomendado que, diante da suspeita de ASI, o professor encaminhe o caso às autoridades competentes. Assim, não é responsabilidade dos professores intervirem no sentido de investigar a suspeita. Muitas vezes, na tentativa de realizar uma investigação, o professor pode estar causando ainda mais prejuízos à criança e, através do viés de confirmação, acabar favorecendo a criação de falsas memórias (Brewin & Andrews, 2017; Brubacher et al., 2016).

Os próprios professores indicam o desejo de receber mais formações específicas sobre a temática (Campbell & Wigglesworth, 1993; Crenshaw et al., 1995; Granville-Garcia, de Souza, de Menezes, de Barbosa & Cavalcanti, 2009; Vitalaki, 2013). Estes profissionais demonstram necessidade de obter informações sobre como proceder diante de casos suspeitos (Goldman & Grimbeek, 2014) e, ao mesmo tempo que sabem sobre o dever de tomar uma atitude, não se sentem suficientemente seguros para tal (Hawkins & McCallum, 2001; Schols, de Ruiten & Öry, 2013). Estes déficits se evidenciaram através dos resultados do presente estudo, que apontaram a mídia como segunda fonte mais utilizada pelos professores para adquirirem conhecimentos sobre o ASI.

Os resultados deste estudo apontam para a importância de oferecer instrumentação para que os professores sejam capazes de adotar condutas não fragmentadas em suas intervenções. Para tanto, se faz necessária a criação de programas de instrução que proporcionem constante capacitação e supervisão (Habigzang et al., 2006). A promoção de uma formação específica sobre o ASI no contexto educacional pode promover alterações em crenças, valores e atitudes

dos professores quanto à temática (Bazon & Faleiros, 2013; Levi, Crowell, Walsh & Dellasega, 2015). O incremento nas formações específicas sobre o ASI tende a favorecer a diminuição da possibilidade de interpretações e intervenções precoces, que podem trazer prejuízos à criança (Sanderson, 2004).

Referências

- Abrahams, N., Casey, K., & Daro, D. (1992). Teachers' knowledge, attitudes, and beliefs about child abuse and its prevention. *Child Abuse & Neglect*, *16*(2), 229-238.
- Allen, B., & Tussey, C. (2012). Can projective drawings detect if a child experienced sexual or physical abuse? A systematic review of the controlled research. *Trauma, Violence, & Abuse*, *13*(2), 97-111.
- Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *11*(3).
- Anastasi, A., & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica*. Artmed.
- Aragão, M., & Kreutz, L. (2016). A docência na Educação Infantil: entre o dom e a maternidade. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS*, *16*(32).
- Arteche, A. X. & Bandeira, D. (2006). O Desenho da Figura Humana: Revisando mais de um século de controvérsias. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación-e Avaliação Psicológica*, *2*(22).
- Bazon, M. R., & Faleiros, J. M. (2013). Identifying and reporting child maltreatment in the education sector. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, *23*(54), 53-61.
- Boscardin (2017). Indicadores considerados por professores como sugestivos de abuso sexual infantil: uma revisão sistemática. Em preparação.
- Brewin, C. R. & Andrews, B. (2017). Creating memories for false autobiographical events in childhood: A systematic review. *Applied Cognitive Psychology*, *31*(1), 2-23.
- Brino, R., & Williams, L. C. (2008). Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. *Educação & Realidade*, *33*(2).
- Brino, R. F., & Williams, L. C. (2003). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, (119), 113-128.
- Brubacher, S. P., Powell, M. B., Snow, P. C., Skouteris, H., & Manger, B. (2016). Guidelines for teachers to elicit detailed and accurate narrative accounts from children. *Children and Youth Services Review*, *63*, 83-92.

- Brubacher, S. P., Powell, M., Skouteris, H., & Guadagno, B. (2014). An investigation of the question-types teachers use to elicit information from children. *The Educational and Developmental Psychologist, 31*(2), 125-140.
- Bruck, M., Melnyk, L., & Ceci, S. J. (2000). Draw it again Sam: The effect of drawing on children's suggestibility and source monitoring ability. *Journal of Experimental Child Psychology, 77*(3), 169-196.
- Bryant, J. K., & Baldwin, P. A. (2010). School counsellors' perceptions of mandatory reporter training and mandatory reporting experiences. *Child Abuse Review, 19*(3), 172-186.
- Campbell, H., & Wigglesworth, A. (1993). Child protection in schools: A survey of the training needs of five schoolteachers. *Public Health, 107*(6), 413-419.
- Cerezo, M. A., & Pons-Salvador, G. (2004). Improving child maltreatment detection systems: a large-scale case study involving health, social services, and school professionals. *Child Abuse & Neglect, 28*(11), 1153-1169.
- Crenshaw, W. B., Crenshaw, L. M., & Lichtenberg, J. W. (1995). When educators confront child abuse: An analysis of the decision to report. *Child Abuse & Neglect, 19*(9), 1095-1113.
- DeLoache, J. S. (1991). Symbolic functioning in very young children: Understanding of pictures and models. *Child Development, 62*, 736-752.
- DeLoache, J. S. (2000). Dual representation and young children's use of scale models. *Child Development, 71*, 329-338.
- DeLoache, J. S. (2005). Mindful of symbols. *Scientific American, 293*, 72-77.
- DeLoache, J. S., & Marzolf, D. P. (1995). The use of dolls to interview young children: Issues of symbolic representation. *Journal of Experimental Child Psychology, 60*, 155-173.
- DiLeo, J. H. (1973). *Children's drawings as diagnostic aids*. New York: Bruner/Mazel.
- do Brasil, G. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. *Lei federal, 8*.
- Egu, C. L., & Weiss, D. J. (2003). The role of race and severity of abuse in teachers' recognition or reporting of child abuse. *Journal of Child and Family Studies, 12*(4), 465-474.
- Everson, M. D., & Sandoval, J. M. (2011). Forensic child sexual abuse evaluations: Assessing subjectivity and bias in professional judgements. *Child Abuse & Neglect, 35*(4), 287-298.
- Friedrich, W. N., Davies, W., Feher, E., & Wright, J. (2003). Sexual behavior problems in preteen children. *Annals of the New York Academy of Sciences, 989*(1), 95-104.

- Goldman, J. D., & Grimbeek, P. (2014). Child sexual abuse and mandatory reporting intervention preservice content preferred by student teachers. *Journal of Child Sexual Abuse, 23*(1), 1-16.
- Goodman, G. S., & Melinder, A. (2007). Child witness research and forensic interviews of young children: A review. *Legal and Criminological Psychology, 12*(1), 1-19.
- Granville-Garcia, A. F., de Souza, M. G. C., de Menezes, V. A., de Barbosa, R. G., & Cavalcanti, A. L. (2009). Conhecimentos e percepção de professores sobre maus-tratos em crianças e adolescentes. *Saúde e Sociedade, 18*(1), 131-140.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. N. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 19*(3), 379-386.
- Haj-Yahia, M. M., & Attar-Schwartz, S. (2008). Attitudes of Palestinian pre-school teachers from Israel towards reporting of suspected cases of child abuse and neglect. *Child & Family Social Work, 13*(4), 378-390.
- Hawkins, R., & McCallum, C. (2001). Mandatory notification training for suspected child abuse and neglect in South Australian schools. *Child Abuse & Neglect, 25*(12), 1603-1625.
- Hazzard, A., & Rupp, G. (1986). A note on the knowledge and attitudes of professional groups toward child abuse. *Journal of Community Psychology, 14*(2), 219-223.
- Horner, T. M., Guyer, M. J., & Kalter, N. M. (1993). The biases of child sexual abuse experts: Believing is seeing. *Bulletin of the American Academy of Psychiatry & the Law.*
- Hurtado, A., Katz, C., Ciro, D., & Gutfreund, D. (2013). Teachers' knowledge, attitudes and experience in sexual abuse prevention education in El Salvador. *Global Public Health, 8*(9), 1075-1086.
- Hutz, C. S., & Bandeira, D. R. (1995). Avaliação psicológica com o Desenho da Figura Humana: Técnica ou intuição?. *Temas em Psicologia, 3*(3), 35-41.
- Jonzon, E., & Lindblad, F. (2004). Disclosure, reactions, and social support: Findings from a sample of adult victims of child sexual abuse. *Child maltreatment, 9*(2), 190-200.
- Kassin, S. M., Dror, I. E., & Kukucka, J. (2013). The forensic confirmation bias: Problems, perspectives, and proposed solutions. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition, 2*(1), 42-52.
- Karadag, S. Ç., Sönmez, S., & Dereobalı, N. (2015). An investigation of preschool teachers' recognition of possible child abuse and neglect in Izmir, Turkey. *Journal of interpersonal violence, 30*(5), 873-891.

- Katz, C., & Hamama, L. (2013). "Draw me everything that happened to you": Exploring children's drawings of sexual abuse. *Children and Youth Services Review, 35*(5), 877-882.
- Kenny, M. C. (2004). Teachers' attitudes toward and knowledge of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect, 28*(12), 1311-1319.
- Kleemeier, C., Webb, C., Hazzard, A., & Pohl, J. (1988). Child sexual abuse prevention: evaluation of a teacher training model. *Child abuse & neglect, 12*(4), 555-561.
- Koppitz, E. M. (1968). *Psychological evaluation of children's human figure drawings*. Grune & Stratton.
- Levi, B. H., Crowell, K., Walsh, K., & Dellasega, C. (2015). How Childcare Providers Interpret 'Reasonable Child Abuse'. *Child & Youth Care Forum, 44*(6), 875-891.
- Lilienfeld, S. O., Wood, J. M., & Garb, H. N. (2000). The scientific status of projective techniques. *Psychological science in the public interest, 1*(2), 27-66.
- Maia, A. C. B., & Spaziani, R. B. (2010). Manifestações da sexualidade infantil: percepção de pais e professoras de crianças de 0 a 6 anos. *Revista Linhas, 11*(01), 68-84.
- Naglieri, J. A., McNeish, T. J., & Bardos, A. N. (1991). *DAP: SPED: Draw a Person, Screening Procedure for Emotional Disturbance*. Pro-ed.
- Nickerson, R. S. (1998). Confirmation bias: A ubiquitous phenomenon in many guises. *Review of General Psychology, 2*(2), 175.
- Pelicoli, C., & Piccoloto, L. B. (2010). Prevenção do abuso sexual infantil: Estratégias cognitivo-comportamentais na escola, na família e na comunidade. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, 6*(1), 108-137.
- Pereira, P. C., & Williams, L. (2008). A concepção de educadores sobre violência doméstica e desempenho escolar. *Psicologia Escolar e Educacional, 12*(1).
- Poole, D. A., & Bruck, M. (2012). Divining testimony? The impact of interviewing props on children's reports of touching. *Developmental Review, 32*(3), 165-180.
- Rheingold, A. A., Zajac, K., Chapman, J. E., Patton, M., de Arellano, M., Saunders, B., & Kilpatrick, D. (2015). Child sexual abuse prevention training for childcare professionals: An independent multi-site randomized controlled trial of stewards of children. *Prevention Science, 16*(3), 374-385.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. M. Books do Brasil.

- Sanderson, C. (2004). *The seduction of children: Empowering parents and teachers to protect children from child sexual abuse*. Jessica Kingsley Publishers
- Schols, M. W., De Ruiter, C., & Öry, F. G. (2013). How do public child healthcare professionals and primary school teachers identify and handle child abuse cases? A qualitative study. *BMC public health*, *13*(1), 807.
- Shonk, S. M., & Cicchetti, D. (2001). Maltreatment, competency deficits, and risk for academic and behavioral maladjustment. *Developmental psychology*, *37*(1), 3.
- Sidun, N. M., & Rosenthal, R. H. (1987). Graphic indicators of sexual abuse in draw-a-person tests of psychiatrically hospitalized adolescents. *The Arts in Psychotherapy*, *14*(1), 25-33.
- Spaziani, R. B., & Maia, A. C. B. (2013). Rompendo o pacto do silêncio: A compreensão de professores sobre indicadores e denúncia da violência sexual infantil. *Anais do III Simpósio Internacional de Educação Sexual:Corpos, identidade de gênero e heteronormatividade no espaço escolar*, Maringá, PR, Brasil,14.
- Tite, R. (1994). Detecting the symptoms of child abuse: classroom complications. *Canadian Journal of Education*, 1-14.
- Trindade, J. (2017). Manual de Psicologia Jurídica. *Porto Alegre: Livraria do Advogado*.
- Trowbridge, M. M. (1995). Graphic indicators of sexual abuse in children's drawings: A review of the literature. *The Arts in Psychotherapy*, *22*(5), 485-493.
- Turbett, J. P., & O'Toole, R. (1983). Teachers' recognition and reporting of child abuse. *Journal of School Health*, *53*(10), 605-609.
- Vitalaki, E. (2013). The Child Abuse Matter and the Major Role Played by the Teacher: Issues Raised by a Pilot Focus Group Sample of Primary Teachers. *Journal of Education and Learning*, *2*(1), 84-91.
- Walsh, K., Bridgstock, R., Farrell, A., Rassafiani, M., & Schweitzer, R. (2008). Case, teacher and school characteristics influencing teachers' detection and reporting of child physical abuse and neglect: Results from an Australian survey. *Child Abuse & Neglect*, *32*(10), 983-993.
- Walsh, K., Mathews, B., Rassafiani, M., Farrell, A., & Butler, D. (2012). Understanding teachers' reporting of child sexual abuse: Measurement methods matter. *Children and Youth Services Review*, *34*(9), 1937-1946.
- Webster, S. W., O'Toole, R., O'Toole, A. W., & Lucal, B. (2005). Overreporting and underreporting of child abuse: Teachers' use of professional discretion. *Child abuse & neglect*, *29*(11), 1281-1296.

- Yanowitz, K. L., Monte, E., & Tribble, J. R. (2003). Teachers' beliefs about the effects of child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27(5), 483-48.
- Yates, A., Beutler, L. E., & Crago, M. (1985). Drawings by child victims of incest. *Child Abuse & Neglect*, 9(2), 183-189.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados nesta dissertação revelaram que os indicadores que os professores consideram sugestivos de abuso sexual infantil (ASI) parecem estar em concordância com o que a literatura especializada aponta. Porém, os mesmos indicadores apresentaram variabilidade entre os estudos analisados, o que reforça a diversidade de indicadores que podem ser associados ao ASI. Além disso, nenhum dos indicadores identificados foi predominante, em comparação aos demais.

Os indicadores que podem ser verificados em crianças sexualmente abusadas também podem ser apresentados por crianças que jamais sofreram qualquer tipo de abuso. Nesse sentido, não se pode afirmar que existam indicadores específicos que, ao serem verificados em uma criança, permitam a detecção inequívoca de ASI.

Diante da sexualidade da criança, alguns profissionais inadvertidamente podem ver abuso onde não há. Podem chegar a conclusões diretas através de associações, tais como “masturbação indica abuso sexual”. Nesse sentido, reforça-se a ideia de que a sexualidade infantil pode ser sintoma originado a partir de questões diversas, mas não necessariamente da estimulação sexual proveniente de um ato abusivo (Brockhausen, 2011).

O alarde que a temática do ASI causa pode levar à detecção precoce, com base na observação de determinados indicadores na criança (Brino & Williams, 2008). Um exemplo são os indicadores referentes à sexualidade infantil, que frequentemente geram interpretações que tendem a levantar a hipótese de ASI. Dentre tais indicadores está o desenho feito pela criança que pode ser interpretado pelo adulto como representativo do órgão genital masculino.

Os resultados do estudo empírico revelaram que a interpretação do desenho infantil como sendo representativo do órgão genital masculino é utilizada como base para a detecção de ASI. Assim, revela-se uma tendência dos professores a se basearem em um indicador isolado para a detecção de ASI. Porém, a associação de desenhos sugestivos e ASI nem sempre pode ser considerada verdadeira, não sendo possível afirmar quanto à causalidade (Katz & Hamama, 2013).

A utilização de técnicas que incluem análise do desenho infantil deve ser realizada por profissional habilitado, e ainda assim com cautela. A maioria dessas técnicas não inclui padronização e instruções de teste, pontuação sistemática ou normas consistentes que permitam comparar as respostas com outros indivíduos (Lilienfeld, Wood & Garb, 2000). Mesmo técnicas reconhecidas, como por exemplo a análise do desenho da figura humana (DFH), têm validade

questionável devido aos resultados contraditórios apresentados pelos estudos de validação (Arteche & Bandeira, 2006; Craig, Olson, & Saad, 2002).

Além disso, pelo fato de nem sempre as crianças terem desenvolvido a capacidade de dupla representação, quando estas fazem um desenho, este não necessariamente representa a sua própria imagem (DeLoache, 2000). A conclusão de que ao desenhar uma figura humana a criança está desenhando a si própria é, muitas vezes, proveniente do adulto.

A associação direta de um desenho infantil com um elemento que, na visão do adulto, representa um órgão genital masculino pode levar a diversos equívocos. Com a intenção de tomar uma providência, a tendência é que o professor converse com a criança para investigar a suspeita de ASI (Spaziani & Maia, 2013). Esta conversa pode ser guiada por um viés de confirmação (Nickerson, 1998), no sentido de confirmar a hipótese de que o desenho representa o ASI. Pelo fato de os professores não possuírem habilidades técnicas para realizar este tipo de entrevista, tal intervenção pode levar à contaminação da memória da criança e, por consequência, gerar falsas memórias sobre um abuso que jamais ocorreu (Brewin & Andrews, 2017; Brubacher, Powell, Snow, Skouteris & Manger, 2016).

Diante da suspeita de ASI é essencial que os indicadores observados sejam contextualizados através do conhecimento sobre a criança e suas particularidades, e não percebidos de forma isolada. Além disso, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990), é recomendado que, diante da suspeita de ASI, o professor encaminhe o caso às autoridades competentes, não sendo sua responsabilidade investigar a suspeita.

Os resultados desta dissertação reforçam a importância de os professores receberem formações específicas sobre o ASI, que além de lhes transmitir informações sobre a temática, os prepare para lidar com os casos suspeitos (Walsh, Mathews, Rassafiani, Farrell & Butler, 2012). A aquisição de conhecimentos aprofundados sobre a dinâmica do ASI possibilitaria aos professores a tomada de atitudes mais assertivas, diminuindo a probabilidade de interpretação e intervenções precoces que podem fazer com que a criança e sua família vivam um trauma desnecessário (Sanderson, 2004).

Os próprios professores revelam a necessidade de receberem mais formações específicas sobre o ASI (Campbell & Wigglesworth, 1993; Crenshaw et al., 1995; Granville-Garcia, de Souza, de Menezes, de Barbosa & Cavalcanti, 2009; Vitalaki, 2013). Estes profissionais revelam não se sentirem suficientemente seguros sobre como proceder diante de casos suspeitos (Goldman & Grimbeek, 2014; Hawkins & McCallum, 2001; Schols, de Ruiters & Öry, 2013).

Os déficits de conhecimentos dos professores sobre o ASI foram evidenciados através dos resultados do presente estudo, que apontaram a mídia como segunda fonte mais utilizada pelos professores para adquirirem conhecimentos sobre o ASI.

Cabe destacar que o estudo empírico desta dissertação teve como limitação a ausência de uma quarta vinheta, na qual fossem apresentados somente os indicadores agressividade e desconfiança sem, no entanto, a presença do desenho sugestivo. Sugere-se a realização de um novo estudo que inclua um quarto grupo que permita verificar com maior clareza a influência do desenho sugestivo na detecção de ASI.

Referências

- Arteche, A. X., & Ruschel Bandeira, D. (2006). O Desenho da Figura Humana: Revisando mais de um século de controvérsias. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación-e Avaliação Psicológica*, 2(22).
- Brewin, C. R., & Andrews, B. (2017). Creating memories for false autobiographical events in childhood: A systematic review. *Applied Cognitive Psychology*, 31(1), 2-23.
- Brino, R., & Williams, L. C. (2008). Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. *Educação & Realidade*, 33(2).
- Brockhausen, T. (2011). Falsas alegações de abuso sexual infantil: o contexto do trabalho do psicólogo brasileiro. *Psicologia Revista. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. ISSN 1413-4063*, 20(2), p. 205.
- Brubacher, S. P., Powell, M. B., Snow, P. C., Skouteris, H., & Manger, B. (2016). Guidelines for teachers to elicit detailed and accurate narrative accounts from children. *Children and Youth Services Review*, 63, 83-92.
- Campbell, H., & Wigglesworth, A. (1993). Child protection in schools: A survey of the training needs of five schoolteachers. *Public Health*, 107(6), 413-419.
- Craig, R., Olson, R. & Saad, S. (2002). Figure drawing indices of psychological accessibility. *Psychological Reports*, 91, 1213-1221.
- DeLoache, J. S. (2000). Dual representation and young children's use of scale models. *Child Development*, 71(2), 329-338.
- Goldman, J. D., & Grimbeek, P. (2014). Child sexual abuse and mandatory reporting intervention preservice content preferred by student teachers. *Journal of Child Sexual Abuse*, 23(1), 1-16.

- Granville-Garcia, A. F., de Souza, M. G. C., de Menezes, V. A., de Barbosa, R. G., & Cavalcanti, A. L. (2009). Conhecimentos e percepção de professores sobre maus-tratos em crianças e adolescentes. *Saúde e Sociedade, 18*(1), 131-140.
- Hawkins, R., & McCallum, C. (2001). Mandatory notification training for suspected child abuse and neglect in South Australian schools. *Child Abuse & Neglect, 25*(12), 1603-1625.
- Katz, C., & Hamama, L. (2013). "Draw me everything that happened to you": Exploring children's drawings of sexual abuse. *Children and Youth Services Review, 35*(5), 877-882.
- Lilienfeld, S. O., Wood, J. M., & Garb, H. N. (2000). The scientific status of projective techniques. *Psychological Science in the Public Interest, 1*(2), 27-66.
- Nickerson, R. S. (1998). Confirmation bias: A ubiquitous phenomenon in many guises. *Review of General Psychology, 2*(2), 175.
- Sanderson, C. (2004). *The seduction of children: Empowering parents and teachers to protect children from child sexual abuse*. Jessica Kingsley Publishers.
- Schols, M. W., De Ruiter, C., & Öry, F. G. (2013). How do public child healthcare professionals and primary school teachers identify and handle child abuse cases? A qualitative study. *BMC Public Health, 13*(1), 807.
- Spaziani, R. B., & Maia, A. C. B. (2013). Rompendo o pacto do silêncio: A compreensão de professores sobre indicadores e denúncia da violência sexual infantil. *Anais do III Simpósio Internacional de Educação Sexual:Corpos, identidade de gênero e heteronormatividade no espaço escolar*, Maringá, PR, Brasil,14.
- Vitalaki, E. (2013). The Child Abuse Matter and the Major Role Played by the Teacher: Issues Raised by a Pilot Focus Group Sample of Primary Teachers. *Journal of Education and Learning, 2*(1), 84-91.
- Walsh, K., Mathews, B., Rassafiani, M., Farrell, A., & Butler, D. (2012). Understanding teachers' reporting of child sexual abuse: Measurement methods matter. *Children and Youth Services Review, 34*(9), 1937-1946.

4. ANEXOS

ANEXO A – FICHA DE DADOS BIOSOCIODEMOGRÁFICOS

Sexo: ____

Idade: ____

Estado civil: _____

Nº de filhos: ____

Tempo como professor de pré-escola: ____ anos

1. Você já recebeu algum treinamento sobre abuso sexual infantil?

Sim

Não

Em caso afirmativo, especifique qual o tipo de treinamento:

() Palestra () Curso () Outros: _____

2. Você já suspeitou ou confirmou casos de abuso sexual infantil em sua prática profissional?

Sim

Não

3. Você já teve experiência com suspeita ou confirmação de casos de abuso sexual infantil em sua vida pessoal (que tenham ocorrido com você, com amigos ou com familiares, por exemplo)?

Sim

Não

4. Você se sente bem preparado(a) para identificar indicadores de abuso sexual em seus alunos?

Sim

Não

5. Comentários: (opcional)

ANEXO B – VINHETAS DE CASO FICTÍCIO

Vinheta a qual o grupo controle foi exposto

Valentina tem cinco anos e é aluna da pré-escola. Ela mora com seus pais e com a sua irmã mais nova. Nos últimos meses, Valentina não tem realizado as tarefas propostas pela professora, apresentando queda em seu rendimento escolar. Um dos desenhos de Valentina é exposto a seguir:



Vinheta a qual o grupo ambíguo foi exposto

Valentina tem cinco anos e é aluna da pré-escola. Ela mora com seus pais e com a sua irmã mais nova. Nos últimos meses, Valentina não tem realizado as tarefas propostas pela professora, apresentando queda em seu rendimento escolar. Um dos desenhos de Valentina é exposto a seguir:



Vinheta a qual o grupo evidente foi exposto

Valentina tem cinco anos e é aluna da pré-escola. Ela mora com seus pais e com a sua irmã mais nova. Nos últimos meses, Valentina não tem realizado as tarefas propostas pela professora, apresentando queda em seu rendimento escolar. Valentina tem se mostrado muito agressiva e desconfiada quando alguém tenta se aproximar. Um dos desenhos de Valentina é exposto a seguir:



ANEXO C – QUESTIONÁRIO DE DETECÇÃO

Após a análise da vinheta, responda às seguintes perguntas:

1. Em sua opinião, o que está acontecendo com Valentina? (marque apenas uma opção)

- a) Os pais de Valentina estão se separando
- b) Valentina apresenta comportamentos normais
- c) Valentina está sofrendo abuso sexual
- d) A irmã de Valentina nasceu recentemente

2. Quais os indicadores do caso o (a) levaram à sua resposta?

3. Liste abaixo os indicadores que você considera que, **em geral** as crianças sexualmente abusadas apresentam (começar a listar a partir do indicador que você considera mais representativo do abuso sexual infantil, e seguir listando nesta ordem).

- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____

4. Referente à **questão 3**, de que forma você adquiriu os conhecimentos listados?

5. Comentários: (opcional)

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, do Grupo de Pesquisa em Processos Cognitivos (GPPC – PUCRS), responsáveis pela pesquisa “Julgamento e tomada de decisão de professores”, estamos fazendo um convite para você participar como voluntário nesse estudo.

Esta pesquisa pretende identificar como se dão os processos de julgamento e tomada de decisão dos professores em situações específicas envolvendo seus alunos. Acreditamos que ela seja importante para que possamos compreender melhor as relações entre professores e alunos.

Para a realização da pesquisa será feito o seguinte: os pesquisadores comparecerão a sua escola, em horário de sua conveniência, e lhe entregarão um breve questionário. Sua participação será responder individualmente a esse questionário.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: você pode se sentir prejudicado por estar dispendendo seu tempo para contribuir com a pesquisa. Você tem o direito de pedir uma indenização por qualquer dano que resulte da sua participação no estudo.

Os benefícios que esperamos com o estudo são contribuir para uma melhora nos conhecimentos dos professores sobre os seus alunos. Para tanto, ao final da pesquisa será oferecida uma palestra sobre a temática da tomada de decisão de professores acerca dos comportamentos observados em seus alunos.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora responsável, Lilian Milnitsky Stein, no fone (51) 3353-7737 ou com a pesquisadora Marina Kayser Boscardin, no fone (51) 99783-0061, a qualquer hora.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa você terá direito à assistência gratuita que será providenciada pelos pesquisadores.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão.

Se por algum motivo você tiver despesas decorrentes da sua participação neste estudo com transporte e/ou alimentação, você será reembolsado adequadamente pelos pesquisadores.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio

50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma.

Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas.

Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo.

Eu, _____, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

Diante do exposto expresse minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura do participante da pesquisa ou de seu representante legal

Assinatura de uma testemunha

DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL QUE OBTEVE O CONSENTIMENTO

Expliquei integralmente este estudo clínico ao participante. Na minha opinião e na opinião do participante, houve acesso suficiente às informações, incluindo riscos e benefícios, para que uma decisão consciente seja tomada.

Data: _____

Assinatura do Investigador

Nome do Investigador

ANEXO E – Autorização do comitê de ética em pesquisa da PUCRS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O viés confirmatório no julgamento e tomada de decisão de professores

Pesquisador: LILIAN MILNITSKY STEIN

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 67447417.1.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.145.253

Apresentação do Projeto:

O Pesquisador principal do Estudo: O viés confirmatório no julgamento e tomada de decisão de professores, encaminhou ao CEP os seguintes Documentos:

1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
2. Carta de Apresentação, com os dados retificados.

Objetivo da Pesquisa:

O Pesquisador principal do Estudo: O viés confirmatório no julgamento e tomada de decisão de professores, encaminhou ao CEP os seguintes Documentos:

1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
2. Carta de Apresentação, com os dados retificados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O Pesquisador principal do Estudo: O viés confirmatório no julgamento e tomada de decisão de professores, encaminhou ao CEP os seguintes Documentos:

1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
2. Carta de Apresentação, com os dados retificados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto adequado para execussão.

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon CEP: 90.619-900
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 2.145.253

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

O CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS n° 466 de 2012 e da Norma Operacional n° 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS n° 466 de 2012 e da Norma Operacional n° 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_890800.pdf	18/05/2017 10:14:16		Aceito
Outros	Pendencias.doc	18/05/2017 10:13:46	LILIAN MILNITSKY STEIN	Aceito
Outros	Pendencias.pdf	16/05/2017 16:48:37	LILIAN MILNITSKY STEIN	Aceito
Declaração de Pesquisadores	carta_de_apresentacao.Pdf	11/05/2017 18:23:07	LILIAN MILNITSKY STEIN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	11/05/2017 18:22:39	LILIAN MILNITSKY STEIN	Aceito
Orçamento	orcamento_do_projeto.pdf	17/04/2017 19:24:53	LILIAN MILNITSKY STEIN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Documento_Unificado_do_Projeto.pdf	08/04/2017 14:17:52	LILIAN MILNITSKY STEIN	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_chefe_servico.pdf	08/04/2017 14:17:23	LILIAN MILNITSKY STEIN	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	08/04/2017 14:15:06	LILIAN MILNITSKY STEIN	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	08/04/2017	LILIAN MILNITSKY	Aceito

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
 Bairro: Partenon CEP: 90.619-000
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 2.145.253

Cronograma	cronograma.pdf	14:11:43	STEIN	Aceito
------------	----------------	----------	-------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 28 de Junho de 2017

Assinado por:
Denise Cantarelli Machado
(Coordenador)



SIPESQ
Sistema de Pesquisas da PUCRS

Código SIPESQ: 7775

Porto Alegre, 22 de dezembro de 2016.

Prezado(a) Pesquisador(a),

A Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES da PUCRS apreciou e aprovou o Projeto de Pesquisa "VIES CONFIRMATORIO NO JULGAMENTO E TOMADA DE DECISÃO DE PROFESSORES". Este projeto necessita da apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Toda a documentação anexa deve ser idêntica à documentação enviada ao CEP, juntamente com o Documento Unificado gerado pelo SIPESQ.

Atenciosamente,

Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br